



30 DE MARÇO DE 2015

Segunda-feira

- **85% DO ESFORÇO FISCAL SAI DO BOLSO DOS BRASILEIROS**
- **DÓLAR ALTO É "JANELA DE OPORTUNIDADE", DIZ MINISTRO**
- **BRASIL É O PRIMEIRO EM RANKING DE EMPREENDEDORISMO**
- **RESERVATÓRIOS DE HIDRELÉTRICAS DEVEM CHEGAR A 10% EM OUTUBRO**
- **COM PRODUÇÃO CAINDO, INDÚSTRIA VÊ DISPARADA DOS CUSTOS**
- **FORD ABRE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA E CONGELA SALÁRIOS ATÉ 2016**
- **MERCADO FINANCEIRO PASSA A PREVER QUEDA DO PIB DE 1% EM 2015**
- **GERDAU PROPÕE DIVISÃO DE COMANDO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
- **INFLAÇÃO DO ALUGUEL AVANÇA QUASE 1% EM MARÇO, DIZ FGV**
- **ANTONIO MACIEL ANALISA OS CENÁRIOS PARA A INDÚSTRIA**
- **SINDIPEÇAS ABRE PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO FORNECEDOR**
- **GOVERNO AUMENTA TAXA DE JUROS PARA MODERFROTA**
- **AMÉRICA LATINA SE COMPROMETE A TER MAIS ÔNIBUS LIMPOS**
- **PONTA GROSSA RECEBE PAINEL DO PROJETO SETORES PORTADORES DE FUTURO**
- **WORKSHOP MOSTRA ELEVACÃO NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE CALCÁRIO E DERIVADOS**
- **INDÚSTRIA LANÇA AGENDA LEGISLATIVA E DEFENDE MELHORIA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS BRASILEIRO**
- **TOYOTA REVITALIZA E EXPANDE FÁBRICA DE SÃO BERNARDO**
- **SEIS GRANDES EMPRESAS DE FERRAMENTAS NÃO IRÃO À FEIMAFE**
- **MÁQUINAS: SETOR FECHA PRIMEIRO BIMESTRE EM ALTA**
- **UNICOM TRAZ AO BRASIL SISTEMAS DE FIXAÇÃO DA INBIS**
- **TUPY INVESTE EM P&D PARA ENFRENTAR AVANÇO DO ALUMÍNIO**

- FÁBRICA DA CNH EM MG: UMA DAS MAIS COMPETITIVAS DO MUNDO
- FERRAMENTAS: VARGUS, DE ISRAEL, ABRE FILIAL NO BRASIL
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS CRESCE 6,5% EM FEVEREIRO
- CONSELHO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CNI DISCUTE CENÁRIO ECONÔMICO PARA 2015
- COMO CONCILIAR EMPRESA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
- VAI DOER NA CARTEIRA
- DELPHI ANUNCIA O FECHAMENTO DE SUA FÁBRICA EM ITABIRITO
- CUSTO MÉDIO DA ENERGIA PARA INDÚSTRIA NACIONAL SOBE 48% DESDE O INÍCIO DESTE ANO
- MERCADO PREVÊ SELIC A 13,25% E QUEDA DE 1% DO PIB
- SUAPE PRETENDE DOBRAR MOVIMENTAÇÃO ATÉ 2020
- ECONOMIA BRASILEIRA CRESCE 0,1% EM 2014, DIZ IBGE
- EMPRESAS BRASILEIRAS EXPORTAM US\$ 3,677 BILHÕES EM MARÇO
- ALCOA SUSPENDE PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO NO BRASIL
- INDÚSTRIA JÁ ESTUDA REPASSAR PARA PREÇO FIM DA DESONERAÇÃO DA FOLHA
- DÓLAR ABRE SEMANA OPERANDO EM ALTA, COTADO A R\$ 3,25

CÂMBIO		
Em 30/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,252	3,252
Euro	3,517	3,518

Fonte: BACEN

85% do esforço fiscal sai do bolso dos brasileiros

30/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A maioria das pessoas não sabe para que serve o superávit primário - economia de recursos feita pelo governo para manter as contas no azul e garantir um extra que cobre o pagamento da dívida pública. Neste ano, porém, todos os brasileiros vão tirar dinheiro do bolso para ajudar nessa economia. Do bolo de recursos que o governo já garantiu para o superávit, 85% são bancados pela população.

Segundo cálculo do economista Mansueto Almeida, feito a pedido do Estado, as medidas anunciadas pela nova equipe conseguiram reunir até agora R\$ 45 bilhões dos cerca de R\$ 66 bilhões que fixou como meta para 2015 (o compromisso é fazer o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto do ano). Ocorre que apenas R\$ 7 bilhões são cortes na máquina pública, basicamente de despesas de custeio, como cafezinho e xérox.

O grosso dos recursos, R\$ 38 bilhões, vai sair do orçamento das famílias. Uma parte virá da cobrança de tributos, como a volta da Cide nos combustíveis e a mudança no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com o fim da desoneração de veículos e a alta na taxa para cosméticos.

Um estudo da LCA Consultores, encomendado pelas indústrias do setor, concluiu que um simples batom - que pelas estimativas vai subir mais de 12% - dará um quinhão ao ajuste fiscal. "Não tinha como ser diferente porque esforço fiscal se faz com corte de gasto ou alta de tributo", diz Mansueto. "Ainda assim, o governo terá dificuldades para cumprir a meta."

Para o economista, nem tudo que é esperado virá. Os R\$ 18 bilhões estimados com as mudanças em benefícios sociais, como pensão das viúvas jovens e seguro-desemprego, devem cair a R\$ 3 bilhões. Outras despesas, como o Bolsa Família, vão crescer e reduzir os ganhos da medida.

O fim da desoneração da folha de pagamento, por sua vez, gerou tanta polêmica que, para Mansueto, é uma incógnita. Ele nem a considerou na estimativa. "Para fechar a meta, o governo terá de fazer um corte brutal de investimentos ou elevar carga tributária, punindo o já comprometido crescimento."

Contas engessadas. Matematicamente, o superávit primário se dá quando a receita é maior que a despesa (excluindo-se gastos com juros). Assim, ele sinaliza que não vai deixar a dívida pública fugir do controle, o que fortalece a confiança dos investidores e gera um ciclo virtuoso na economia.

O Estado brasileiro sempre gastou demais. Em parte, com a proliferação de órgãos e funcionários. Pesam também as obrigações com a população, principalmente após a Constituição de 1988.

O governo deve garantir previdência, saúde e educação universais sem ter mecanismos financeiros adequados. "Os benefícios criados na Constituição atentam contra a aritmética", diz William Eid Junior, coordenador do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas.

Para os economistas, após a crise de 2008, a política adotada pelo governo aprofundou as distorções: houve excesso de desonerações e benefícios setoriais, além de outros mecanismos de intervenção na economia que levaram à queda da arrecadação, do investimento e do crescimento. "O descontrole dos últimos anos foi grave", diz o economista Marcos Lisboa.

O governo sinaliza que pode cortar ministérios para dar a sua contribuição. A medida, porém, diz o economista Fábio Klein, da Tendências Consultoria, é "simbólica". Os ministérios virariam secretarias. Não haveria demissões. A conta em pouco cairia. Só uma reforma no Estado mudaria o cenário.

Dólar alto é "janela de oportunidade", diz ministro

30/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Na visão do ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior, Armando Monteiro, a cotação atual do dólar é uma "janela de oportunidade" para as exportações, que precisa ser aproveitada. Ele acredita que a depreciação do real veio para ficar. Em entrevista ao jornal *O Globo*, Monteiro destacou que o câmbio valorizado pode mitigar o efeito do custo Brasil e estimular a substituição de importações.

"Ninguém contesta que a exportação, agora, é um canal que não podemos, de forma alguma, deixar de considerar. O dólar está nos dando uma janela de oportunidade", afirmou, embora reconheça que a cotação atual tem reflexos da instabilidade do momento.

"Mas, descontado esse efeito, o real vai continuar a ter uma tendência de depreciação", acrescentou o ministro, graças ao fortalecimento da economia norte-americana. "A política monetária lá está mudando, para elevar os juros. Tudo aponta para que se tenha, em perspectiva de médio prazo, essa depreciação", explicou.

Monteiro destacou outra consequência da valorização do dólar. "Ela estimula a substituição de importações. A indústria recupera espaço perdido para importação", explicou.

Parcerias

O ministro ainda defendeu que o Brasil busque parceiros comerciais com mais dinamismo. "O Mercosul foi uma grande conquista e não vamos abandoná-lo, mas temos de ter um olhar sobre outras áreas, como o mercado americano. Os Estados Unidos representam uma grande perspectiva de negócios na área que mais nos interessa, que é a de manufaturados. Como a Argentina ficou retraída, vendemos mais manufaturados para o mercado americano no ano passado", disse.

A costa do Pacífico é outra região com que Monteiro quer estabelecer melhores relações. "Há boas oportunidades de melhorarmos nossas exportações para Colômbia, Peru e Chile. A indústria automobilística pode ter presença ampliada nesses mercados, e renovamos o acordo automotivo com o México", completou o ministro.

Brasil é o primeiro em ranking de empreendedorismo

30/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Três em cada dez brasileiros adultos entre 18 e 64 anos possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio. Em dez anos, a taxa total de empreendedorismo no Brasil aumentou de 23%, em 2004, para 34,5% no ano passado. Metade desses empreendedores abriu seus negócios há menos de três anos e meio.

Os dados são da nova pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), feita no Brasil pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). O levantamento mundial sobre o empreendedorismo é fruto da parceria entre a London Business School e o Babson College.

Começou em 1999 com dez países, mas, desde então, quase 100 países se associaram ao projeto. Em 2014, a pesquisa atingiu 75% da população global e 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. No Brasil, foram entrevistadas 10 mil pessoas de 18 a 64 anos das cinco regiões do País. O Estado obteve as conclusões da pesquisa com exclusividade.

Na comparação mundial, o Brasil se destaca com a maior taxa de empreendedorismo, quase 8 pontos percentuais à frente da China, o segundo colocado, com taxa de 26,7%. O número de empreendedores entre a população adulta no País é também superior ao dos Estados Unidos (20%), Reino Unido (17%), Japão (10,5%) e França (8,1%). Entre as economias em desenvolvimento, a taxa brasileira é superior à da Índia (10,2%), África do Sul (9,6%) e Rússia (8,6%).

Ambiente. Para o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, o recorde de empreendedores no Brasil é consequência do aumento do número de formalizações nos últimos anos e da melhoria do ambiente legal, com a criação e ampliação do Supersimples - regime simplificado de cobrança de tributos para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

Por esse regime, pequenas e médias empresas têm a cobrança de oito impostos federais, estaduais e municipais reunida num só boleto. Para a maioria dos casos, a carga de impostos é 40% menor do que no regime tributário convencional.

Ainda de acordo com a pesquisa, ter o próprio negócio é o terceiro maior sonho do brasileiro, atrás de comprar a casa própria e viajar pelo País. O número de pessoas que

almejam se tornar o seu próprio chefe é de 31%, praticamente o dobro das que desejam fazer carreira numa empresa (16%).

A pesquisa ainda revela que, de cada 100 brasileiros que começam um negócio próprio, 71 são motivados por uma oportunidade de negócio e não pela necessidade. Barretto diz que esse índice, que implica diretamente a qualidade do empreendedorismo, vem se mantendo estável nos últimos anos.

“O empresário atual abre uma empresa porque vê uma oportunidade e investe naquela ideia. Ter uma empresa porque não se tem uma ocupação não é mais o principal fator”, afirma. Há dez anos, os brasileiros abriam negócios próprios motivados pela falta de emprego.

Mais de 70% das micro e médias empresas conseguem sobreviver até contemplar o segundo ano. “Não é excepcional, mas é um excelente número”, avalia Barretto. O perfil desse novo empreendedor é mais jovem, mais feminino, mais negro e mais classe C, de acordo com o presidente do Sebrae.

Mesmo com a contração da atividade econômica do País, ele acredita ser possível o segmento da pequena empresa continuar crescendo neste ano. “O segmento não é uma ilha, mas tem demonstrado força para enfrentar essas crises, principalmente no comércio e serviços”, afirma.

Como exemplo do vigor dos pequenos negócios, Barretto cita o crescimento de 7% da arrecadação do Supersimples em 2014, enquanto houve queda na arrecadação geral, e a geração líquida de 3,5 milhões de empregos entre 2011 e 2014 - no mesmo período, as grandes e médias empresas tiveram saldo de 200 mil vagas fechadas.

Reservatórios de hidrelétricas devem chegar a 10% em outubro

30/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Caso não haja redução de consumo, a Região Sudeste, mais afetada pela estiagem e também a maior consumidora de energia, poderá chegar ao mês de outubro com os reservatórios em cerca de 10% da capacidade.

O nível é considerado o mínimo para garantir o abastecimento de energia até o início das chuvas, esperado para novembro. “Mesmo assim, 10% é bastante baixo. Seria uma sobrevivência até entrar em um novo ciclo chuvoso”, afirmou o consultor da Excelência Energética, Josué Ferreira, responsável pelas estimativas.

Para isso, o regime de chuvas também terá de ajudar. Qualquer volume menor do que 80% da média provocaria um colapso. Aos 70% e sem nenhum tipo de redução de consumo, os reservatórios chegariam ao fim de outubro com 3,41% da capacidade.

Na semana passada, contudo, o diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, comentou em evento no Rio que a desaceleração da economia, os aumentos no preço da energia e a campanha de racionalização do consumo já surtem efeitos. Com isso, o órgão revisou a previsão de crescimento da demanda de energia de 3,2% para 0,2% em 2015. “O ano de 2015 será tão crítico no segmento de geração de energia quanto foram 2014 e 2013”, ponderou.

Ao contrário de 2001, quando substituições de eletrodomésticos e lâmpadas estavam em primeiro lugar na lista de tarefas para economizar energia, a receita para a redução de consumo hoje é a mudança de hábitos cotidianos. O presidente do Instituto Data Popular,

Renato Meirelles, cita como exemplos reduzir a duração do banho quente com chuveiro elétrico e juntar mais roupas para colocar na máquina de lavar.

Outra recomendação de especialistas é desligar aparelhos da tomada enquanto não são utilizados, desde carregadores de celulares até televisão. Isso evitaria os gastos com o "stand by", elevados no caso de aparelhos que esquentam quando ligados na luz, como é o caso de receptores de sinal de TV a cabo.

Mas a orientação não é unânime. "Isso é bobagem", garantiu o diretor do Instituto Ilumina, Roberto D'Araújo. Segundo ele, no caso de alguns aparelhos eletrônicos, o stand by é até útil para manter a corrente elétrica e evitar umidade.

A mais radical das orientações é o menor uso dos aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, o que atingiria em cheio o nível de conforto dos brasileiros. "Pode-se desligar o que é supérfluo", enfatizou o diretor-técnico da Associação Brasileira de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), Alexandre Moana. "Ou você perde conforto, ou você age com inteligência. Mas até o agir com inteligência tem um limite", reconheceu.

Pesquisas qualitativas do Data Popular já identificaram um hábito nas classes mais populares, sobretudo entre os mais velhos, de encarar eletrodomésticos como patrimônio. Assim, segundo Meirelles, a geladeira antiga segue sendo usada no quintal após a compra de uma nova para a cozinha, por exemplo.

Os mais jovens, porém, não têm essa relação com os eletrodomésticos. Por isso, o executivo lamenta a falta de investimento contínuo em campanhas educativas sobre uso racional da eletricidade. O governo tem tentado mudar o comportamento dos consumidores com uma campanha iniciada este mês. Mas a avaliação é de que a medida chegou tarde.

"Seria prudente que já tivesse sido adotada uma redução lenta e gradual do consumo", afirmou Ferreira. "A racionalização é importante. Se não recuperar (o nível dos reservatórios) no final do regime chuvoso e caso não caia o consumo, talvez seja preciso adotar uma política mais severa", acrescentou.

Com produção caindo, indústria vê disparada dos custos

30/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A produção industrial brasileira caiu 3,3% em 2014 e deve recuar mais 2,2% neste ano, segundo economistas do mercado financeiro. Como se não bastasse a retração da

atividade, o setor começou 2015 sob o impacto de uma inflação de custos raramente vista desde a estabilização da moeda, há duas décadas.

Os gastos com insumos, taxas de juros e impostos dispararam após as eleições, em decorrência de programas de ajuste fiscal – na União e em estados como o Paraná – e do chamado “realismo tarifário”, que inflou preços até então represados, como os da energia elétrica e dos combustíveis. Quem depende de matérias-primas importadas ou cotadas em dólar sofre ainda com a forte alta da moeda norte-americana, que subiu cerca de 20% desde o início do ano.

O único alívio parece vir do próprio câmbio: como o real perdeu valor, os produtos brasileiros ficaram um pouco mais competitivos lá fora e os importados, mais caros aqui dentro. A questão é que nem o mercado interno nem o externo andam muito compradores. Assim, o aumento das despesas não é compensado de imediato por vendas maiores.

O mais recente indicador de custos industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), referente ao terceiro trimestre de 2014, mostrava uma redução de 1,2% nas despesas do setor em relação ao segundo trimestre. É muito provável que essa queda tenha sido revertida desde então.

“Com certeza vamos detectar um aumento de custos, e não será pequeno”, observa Flávio Castelo Branco, gerente executivo da unidade de Política Econômica da CNI. “[Nos próximos indicadores] a tributação será maior.

Os custos financeiros serão maiores. Algumas matérias-primas vão subir por causa do ajuste cambial. A energia, que já vinha subindo, também estará mais cara. Apenas a mão de obra pode ter um arrefecimento. Há uma pressão de custos de quase todos os lados, uma dificuldade a mais num momento em que a demanda está se retraindo.”

A fabricante de pisos multiestruturados Masterpiso, de Curitiba, é afetada principalmente pela alta do diesel, que encarece o frete de sua principal matéria-prima. “Cerca de 70% da madeira que usamos é eucalipto, do interior do Paraná.

O restante vem do Norte do país”, diz o diretor da empresa, José Antônio Baggio. Segundo ele, com os reajustes recentes, o peso da energia elétrica nos custos de produção subiu de 2,7% para perto de 4%. E, em 1.º de abril, a alíquota do ICMS no Paraná subirá de 12% para 18%.

Baggio relata uma preocupação comum a todo o setor industrial: como a demanda está em queda, é quase impossível repassar todo esse aumento de custos para o consumidor. Resta às empresas absorver parte da inflação e queimar gorduras em sua estrutura – se ainda houver o que queimar.

“Não estávamos nadando de braçada. O ano passado foi difícil e, no geral, o que tinha para ser cortado já foi”, conta Cesar Rippel, gerente industrial da Perfecta, que produz equipamentos para panificação em Curitiba.

Segundo o executivo, no momento a maior pressão vem dos fornecedores. “O reajuste da energia não pesou tanto para nós, mas afetou quem nos fornece plástico, aço, fibra de vidro, alumínio, motores. Mas não temos como absorver todo o aumento que eles pedem, nem repassá-lo a nossos clientes, porque o mercado não está aquecido para ninguém”, diz Rippel.

Alta do dólar dá fôlego a alguns setores

Em meio à disparada dos custos, a alta do dólar pode dar algum fôlego a muitos segmentos da indústria. É o caso do vestuário, que sonha reconquistar parte do mercado brasileiro. "Nos últimos três anos, amargamos prejuízos por causa da entrada de importados.

Como muita gente vai deixar de importar por causa da alta dos preços, agora vemos a perspectiva de ganhar mercado aqui no Brasil", diz a empresária Luciana Bechara, presidente do Sindivest Paraná, que representa as empresas do ramo, e dona da Be Little, especializada em moda bebê.

Para ela, os fabricantes de roupas infantis devem ser os primeiros beneficiados. "A mãe não tem como comprar roupa que dure dois ou três anos. É para seis meses. Então o reflexo é mais rápido que para a moda masculina ou feminina", diz. Segundo a empresária, os importados tinham uma fatia de 20% nesse mercado, que deve cair para perto de 12%. "Com isso, a indústria nacional ganha pelo menos 8% de mercado", calcula.

A Masterpiso, que exporta 60% de sua produção, também vê ganhos com a desvalorização do real. Mas o lucro não virá tão fácil, diz o diretor da empresa, José Antônio Baggio. "O câmbio nos tornou mais competitivos, mas o cliente lá fora sabe que o dólar subiu aqui e, por isso, pede desconto. E o nosso fornecedor pede aumento", diz.

Quem é que sobe

Confira abaixo alguns aumentos de custos dos últimos meses

Taxas de juros

De outubro a fevereiro, as taxas de juros de mercado pagas por empresas subiram de 24,32% para 26,11% ao ano. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que era de 5% ao ano, chegou a 6% na semana passada. E os juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que variavam de 4% a 8% ao ano, agora vão de 6,5% a 11%.

Óleo diesel

O aumento do PIS/Cofins, em fevereiro, elevou o preço do combustível em cerca de 7%.

Energia

No mercado regulado do Paraná, a tarifa industrial subiu em média 39% em março, sem contar os efeitos da bandeira tarifária vermelha. Segundo estudo da Fiep, o peso da energia nos custos do setor dobrou em menos de um ano, de 1,4% para 2,8%

ICMS

A alíquota do imposto no Paraná subirá, em abril, de 12% para 18% para centenas de produtos. O aumento é superior à margem de lucro de muitos segmentos da indústria. Boa parte desse aumento de tributo deve ser repassada ao consumidor.

Tributos federais

A contribuição sobre o faturamento – cobrada em troca da desoneração da folha de pagamentos – pode subir de 1% para 2,5% em alguns casos, e de 2% para 4,5% em outros. A questão ainda não passou pelo Congresso.

Dólar

Do início do ano até a última sexta-feira (27), a moeda norte-americana ficou 21% mais cara em relação ao real. Se por um lado facilita as exportações, por outro esse movimento encarece as matérias-primas importadas. O resultado final dessa combinação depende da estrutura de custos da empresa e da fatia de sua produção que é exportada.

Reajustes reduzem a competitividade

Os aumentos de juros, impostos e preços dos últimos meses afetam toda a economia, mas é na indústria que o estrago é maior. Mais exposto à concorrência de estrangeiros, tanto no mercado externo quanto no interno, o setor sente mais intensamente o aumento do custo de se produzir no país.

Um agravante é que, ao mesmo tempo em que eleva impostos, o ajuste fiscal reduz o investimento público em infraestrutura, o que resulta em mais custos – de transporte, por exemplo – e menos produtividade I.

Cesar Rippel, gerente industrial da fabricante de equipamentos de panificação Perfecta, explica o que o aumento do “Custo Brasil” representa dentro de uma empresa globalizada. A empresa, de Curitiba, foi comprada em 2012 pela norte-americana ITW, dona de dezenas de companhias mundo afora.

“Até cinco anos atrás, os custos daqui eram comparáveis aos da China. Agora, se aproximam dos custos dos Estados Unidos. Quando a matriz quiser lançar produtos, vai escolher a unidade que for mais vantajosa. Por melhores que sejam os nossos produtos, o custo não pode ser tão elevado”, diz.

No ano passado, a Perfecta absorveu as seis linhas de produção da marca Hobart, que tinha fábrica em São Paulo e também pertence à ITW. “E fizemos isso com ganhos de produtividade, sem elevar o quadro de pessoal”, diz. **(FJ)**

Desventuras em série

Para o economista Flávio Castelo Branco, a situação atual tem a combinação mais desfavorável desde o Plano Real. “Em 1999, na maxidesvalorização do real, não havia pressões tão fortes sobre os custos. Em 2001, no racionamento de energia, a demanda ainda estava em alta. Em 2009, a inflação e contas públicas mais controladas permitiram ao governo usar política fiscal e monetária para estimular a economia.”

Sinuca

Nos últimos anos, o governo obrigou vários setores a trocar o imposto sobre a folha de pagamento por um tributo sobre o faturamento. Agora o governo quer elevar o tributo, mas deve permitir que cada empresa opte pelo modelo que preferir. “É o ponto positivo desse pacote. As empresas poderão verificar periodicamente o que é mais vantajoso”, diz Carlos Tortelli, sócio da Consult Consultoria Empresarial.

Roupa cara

Simulação do Departamento Econômico da Fiep mostra que a variação de três itens deve provocar um aumento de 7,11% nas despesas da indústria do vestuário: alta da energia, aumento de salários e da alíquota do imposto sobre faturamento. Ainda assim, diz a Fiep, voltar para a tributação sobre a folha seria desvantajoso.

Ford abre demissão voluntária e congela salários até 2016

30/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Com a desaceleração das atividades no setor automotivo brasileiro, a montadora Ford, em medida de contenção de gastos, fechou um acordo com os trabalhadores de sua fábrica em São Bernardo do Campo (SP), que prevê o congelamento dos salários até 2016 e o anúncio de um Programa de Demissão Voluntária (PDV).

O acordo foi aprovado com o Sindicato dos Metalúrgicos. Em contrapartida, a montadora oferecerá um abono salarial em 2016 e garantia de estabilidade até 2017 aos trabalhadores que permanecerem. A empresa não informou quantos trabalhadores pretende desligar por meio do PDV.

Mercado financeiro passa a prever queda do PIB de 1% em 2015

30/03/2015 - Fonte: G1

Os economistas do mercado financeiro previram, pela primeira vez, que a economia brasileira terá uma retração de 1% neste ano, o que, se confirmado, será o pior resultado em 25 anos, ou seja, desde 1990 - quando foi registrada uma queda de 4,35%.

Segundo levantamento feito pelo Banco Central com mais de 100 instituições financeiras na semana passada, e divulgado nesta segunda-feira (30), a estimativa para a Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 passou de uma contração de 0,83%, na semana retrasada, para um encolhimento de 1% na última semana. A piora na projeção do mercado foi a décima terceira seguida.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira. Para 2016, o mercado baixou sua expectativa de uma alta de 1,20% para um crescimento de 1,05%. Foi a quarta redução consecutiva.

Na última semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a economia brasileira [cresceu 0,1% em 2014](#). Em valores correntes (em reais), a soma das riquezas produzidas no ano passado chegou a R\$ 5,52 trilhões, e o PIB per capita (por pessoa) caiu a R\$ 27.229. Esse é o pior resultado desde 2009, ano da crise internacional, quando a economia recuou 0,2%.

Inflação

Já a previsão do mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, passou, na semana passada, de 8,12% para 8,13% em 2015. Com isso, o mercado segue prevendo "estouro" do teto de 6,5% do sistema de metas de inflação neste ano.

A alta na previsão de inflação do mercado aconteceu pela décima terceira semana seguida. Se confirmada a previsão do mercado, a inflação atingirá, neste ano, o maior patamar desde 2003, quando ficou em 9,3%. Para 2016, a previsão dos analistas recuou de 5,61% para 5,60%.

Pelo sistema que vigora no Brasil, a meta central tanto para 2014 como para 2015 e 2016 é de 4,5%. Entretanto, há um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Desse modo, o IPCA pode oscilar entre 2,5% e 6,5%, sem que a meta seja formalmente descumprida.

Segundo economistas, a alta do dólar e dos preços administrados (como telefonia, água, energia, combustíveis e tarifas de ônibus, entre outros) pressionam os preços em 2015. Além disso, a inflação de serviços, impulsionada pelos ganhos reais de salários, segue elevada.

Recentemente, o IBGE informou que a inflação oficial do país, medida pelo IPCA-15, ficou em 1,24% em março. No acumulado de 12 meses, o índice foi para 7,9%, o maior desde maio de 2005 (8,19%). No ano, a taxa é de 3,5%.

Na última semana, o BC admitiu que o IPCA deste ano deve ficar próximo de 8% e estourar o teto do sistema de metas brasileiro. Se isso acontecer, será a primeira vez desde 2003. Quando a inflação fica mais alta do que o teto de 6,5% do sistema de metas brasileiro, o presidente do Banco Central precisa escrever uma carta aberta ao ministro da Fazenda explicando as razões que motivaram o "estouro" da meta formal.

Taxa de juros

Após o Banco Central ter subido os juros para 12,75% ao ano no início de março, o maior patamar em seis anos, o mercado elevou sua expectativa para a taxa Selic, na semana passada, de 13% para 13,25% ao ano no fim de 2015 - o que pressupõe uma alta maior dos juros até o fim deste ano.

Para o fechamento de 2016, a estimativa dos analistas permaneceu em 11,50% ao ano. A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, o BC tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços.

Câmbio, balança e investimentos

Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2015 subiu de R\$ 3,15 para R\$ 3,20 por dólar. Para o término de 2016, a previsão dos analistas para a taxa de câmbio avançou de R\$ 3,20 para R\$ 3,23 por dólar.

A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2015 subiu de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 4 bilhões. Para 2016, a previsão de superávit comercial recuou de US\$ 11 bilhões para US\$ 10,5 bilhões.

Para este ano, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil caiu de US\$ 56,5 bilhões para US\$ 56 bilhões. Para 2016, a estimativa dos analistas para o aporte caiu de US\$ 58 bilhões para US\$ 57,4 bilhões.

Gerdau propõe divisão de comando do Conselho de Administração

30/03/2015 - Fonte: G1



O grupo Gerdau anunciou quinta-feira (26) uma proposta para alterar a composição de seu Conselho de Administração, cuja presidência passará a ser dividida entre André Gerdau Johannpeter, atual presidente executivo, e Cláudio Gerdau Johannpeter, vice-presidente executivo da companhia.

A mudança vale para a Gerdau SA e para a Metalúrgica Gerdau, cujos conselhos são atualmente presididos por Jorge Gerdau Johannpeter e que passará a ser presidente do Conselho Consultivo, novo órgão a ser criado para o grupo. As assembleias de acionistas para a votação da proposta estão marcadas para 28 e 29 de abril.

Segundo o grupo, o novo órgão a ser presidido por Jorge será formado ainda pelos outros irmãos Germano, Klaus e Frederico Johannpeter, atuais conselheiros. O conselho consultivo dará "continuidade ao compartilhamento da experiência de estratégia e gestão acumulada por eles ao longo das últimas décadas", informou a Gerdau.

Desde o início do grupo há mais de 100 anos, a Gerdau realizou quatro sucessões de gerações. Pela proposta, o Conselho de Administração da Gerdau SA passará a ter como conselheiros Richard C. Gerdau Johannpeter e Expedito Luz, mantendo nos postos Oscar de Paula Bernardes e Affonso Celso Pastore.

Inflação do aluguel avança quase 1% em março, diz FGV

30/03/2015 - Fonte: G1

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conhecido como inflação do aluguel porque é usado para reajustar a maioria dos contratos imobiliários, subiu quase 1% em março. De 0,27% em fevereiro, taxa passou para 0,98% no mês seguinte. No entanto, frente a março do ano passado, quando a variação foi de 1,67%, o indicador desacelerou. Em 12 meses, o IGP-M registrou alta de 3,16% e no ano, de 2,03%.

Os três componentes do IGP-M apresentaram o seguinte comportamento: Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu de -0,09% para 0,92%, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de 1,14% para 1,42%, e o Índice Nacional da Construção Civil (INCC) recuou de 0,50% para 0,36%.

No caso da inflação do consumidor, três das oito classes de despesa registraram avanço, com destaque para habitação (de 1,19% para 2,93%), influenciada pela tarifa de eletricidade residencial (de 3,68% para 16,84%).

Também apresentaram acréscimo em suas taxas de variação os grupos alimentação (de 0,92% para 1,10%) e saúde e cuidados pessoais (de 0,39% para 0,72%).

Veja a variação de preços de alguns itens:

Soja (em grão): de -6,39% para 8,30%

Ovos: de 23,84% para 13,67%

Milho (em grão): de -1,08% para 3,75%

Leite in natura: de -0,39% para 2,67%

Aves: de 1,31% para 3,11%

Tarifa de eletricidade residencial: de 3,68% para 16,84%

Gasolina: de 4,25% para 5,13%

Condomínio residencial: de 1,50% para 3,32%

Refeições em bares e restaurantes: de 1,31% para 0,87%

Aluguel residencial: de 1,05% para 0,95%

Ajudante especializado: de 0,15% para 0,40%

Servente: de 0,41% para 0,28%

Esquadrias de alumínio: de 2,21% para 1,40%

Pedreiro: de 0,25% para 0,34%

Carne bovina: de -1,13% para -4,12%

Batata-inglesa: de -9,31% para -9,78%

Café (em grão): de 1,50% para -3,23%

Querosene de aviação: de 12,61% para -9,83%

Camisa masculina: de -0,04% para -1,62%

Frango em pedaços: de -0,28% para -1,59%

Tarifa de táxi: de 0,87% para -1,01%

Cimento portland comum: de 0,09% para -0,70%

Vergalhões e arames de aço ao carbono: de 0,25% para -0,07%

Tubos e conexões de PVC: de 2,34% para -0,29%

Antonio Maciel analisa os cenários para a indústria

30/03/2015 - Fonte: Automotive Business



Antonio Maciel Neto, presidente do Grupo CAO A (foto), participará do painel de encerramento do VI Fórum da Indústria Automobilística, que Automotive Business promoverá dia 6 de abril no Golden Hall do WTC, em São Paulo.

Ex-presidente da Ford do Brasil, companhia em que atuou durante quase sete anos e deixou em 2006, o executivo explicará os novos projetos da CAO A, que é importadora exclusiva da Hyundai e Subaru no País e distribui veículos da Hyundai e Ford. O grupo brasileiro produz em Anápolis, Goiás, os caminhões HD78 e HR e os SUVs Ix35 e Tucson.

Maciel analisará os cenários para a indústria automobilística, a evolução do Inovar-Auto e a perspectiva de retomada dos negócios em sessão de debates que receberá também Arturo Piñeiro, presidente da BMW do Brasil; Luis Curi, CEO e vice-presidente da Chery Brasil; Luiz Carlos Andrade Junior, vice-presidente executivo da Toyota Mercosul; e Ronaldo Znidarsis, vice-presidente de vendas e marketing da Nissan do Brasil.

NEGÓCIOS

Um dos atrativos do Fórum da Indústria Automobilística será o workshop Cadeia de Suprimentos, que colocará em contato direto os participantes do evento com representantes dos departamentos de compras e engenharia de montadoras.

Cerca de 120 profissionais das montadoras foram convidados para o encontro. A relação de quem confirmou a presença está disponível no portal www.automotivebusiness.com.br.

Mais de 700 profissionais relacionados à indústria automobilística devem participar do Fórum que, como ocorreu nas edições anteriores, promoverá uma feira de tecnologia. Uma das inovações será a introdução de um clube de relacionamento, que oferecerá vantagens aos participantes, como descontos, sorteios e promoções especiais.

O programa do Fórum reúne palestrantes de montadoras, entidades e consultorias. A apresentação de abertura caberá ao presidente da Anfavea, Luiz Moan. Os cenários para a economia serão apresentados por Octavio de Barros, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.

O programa completo do fórum e outras informações estão em www.automotivebusiness.com.br/forumab2015

Sindipeças abre programa de apoio ao pequeno fornecedor

30/03/2015 - Fonte: Automotive Business

O Sindipeças, sindicato das empresas fornecedoras de autopeças, deu partida a um programa de apoio aos fornecedores de pequeno porte da cadeia de suprimentos automotivo. A iniciativa, coordenada pelo Grupo de Apoio às Pequenas e Médias Empresas da entidade, foi apresentada em evento realizado dia 23 de março, na sede do Sindipeças.

Diante de um auditório lotado, o presidente do Sindipeças, Paulo Butori, explicou que o objetivo do empreendimento será alcançado por meio de consultoria, esforços de capacitação e relações institucionais com governo, órgãos públicos, montadoras e instituições de ensino.

“Vivemos um período de grande dificuldade para o setor e entendo que é importante dar suporte à base do nosso supply chain. Sem os pequenos fornecedores a cadeia de suprimentos pode ruir”, advertiu.

As empresas interessadas em participar do novo programa receberão gratuitamente a visita de consultores para diagnóstico das dificuldades enfrentadas. Em uma etapa seguinte, para a implementação das ações, haverá um grupo de consultores em ação que podem ser contratados como assessores.

O Sindipeças promoverá periodicamente workshops, sessões de treinamento e palestras visando à capacitação das pequenas e médias empresas associadas, convidando representantes de instituições externas ou do Instituto Sindipeças de Educação Corporativa.

Participaram do encontro na sede do Sindipeças, como palestrantes, Marcos Munhoz, vice-presidente da GM América do Sul; João Pimentel, diretor de compras da Ford América Latina; Besaliel Botelho, presidente da Bosch para a América Latina; e Maurício Muramoto, representante do Conselho Operativo para Pequenas e Médias Empresas do Sindipeças. O evento teve a presença de Luciano Pires, palestrante com grande experiência no setor de autopeças e diretor do Café Brasil.

João Pimentel e Marcos Munhoz concordaram na projeção para o volume de vendas do mercado automotivo, que deve ficar no patamar de 2,8 milhões a 2,9 milhões em 2015 – a diferença é que Pimentel acredita que a retomada poderá ocorrer em 2016, enquanto Munhoz adverte que os negócios só vão melhorar em 2017.

Botelho apresentou a experiência da Bosch na busca de apoio de programas e recursos oficiais visando ao desenvolvimento de empresas do setor automotivo. Maurício Muramoto explicou o escopo do programa do Sindipeças e admitiu uma série de dificuldades a serem enfrentadas, como baixos volumes de produção, dificuldade na obtenção de matéria-prima, dificuldade de acesso a financiamentos, falta de acesso à tecnologia e forte concorrência com os importados.

Governo aumenta taxa de juros para Moderfrota

30/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Após reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), na quinta-feira, 26, o governo anunciou aumento de 3 pontos percentuais nas taxas de juros do Moderfrota, Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos Associados e Colheitadeiras, para a safra em curso 2014/2015.

Os juros para financiamento de máquinas agrícolas e implementos passam dos atuais 4,5% para 7,5% ao ano para empresas com receita operacional até R\$ 90 milhões anuais, e de 6% para 9% para aquelas com receita superior a este valor.

Os novos juros valem para os últimos quatro meses de safra, entre 1º de abril e o início de julho deste ano. A decisão inclui ainda o aumento na TJLP, Taxa de Juros de Longo Prazo, para 6% ao ano.

De acordo com nota do CMN, as operações realizadas até sexta-feira, 27 de março, cujos processos de contratação ainda não foram concluídos, terão até o dia 10 de abril para formalizar os negócios, para os quais incidirão as taxas de juros anteriores.

A nota informa ainda que o Moderfrota conta com R\$ 1,8 bilhão em estoque para tomada de crédito até julho e que a tendência é de que as taxas permaneçam com estes valores para o próximo Plano Safra 2015/2016.

A última vez que o governo alterou as taxas do Moderfrota foi em julho do ano passado, no âmbito do Plano Safra 2014/2015, que destinou R\$ 3,6 milhões para o programa.

Luiz Moan, presidente da Anfavea, avaliou as novas condições do Moderfrota: "Estão em linha com a política de ajuste fiscal. Ao considerar a tomada desta decisão pelo governo, a Anfavea enaltece a rapidez com que as medidas operacionais foram editadas, bem como a liberação da verba complementar de R\$ 1,8 bilhão, o que evita uma paralisação das atividades", afirma em nota divulgada na sexta-feira, 27.

Já a Abimaq, Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos, afirmou, por meio de seu presidente, José Velloso, que o estoque de recursos de R\$ 1,8 bilhão pode ser insuficiente. "A conta da Abimaq e da Anfavea é que R\$ 1,8 bilhão garantem o financiamento até a Agrishow (que acontece entre 27 de abril e 1º de maio)", disse em nota.

Segundo Velloso, para o setor de máquinas e equipamentos agrícolas encerrar a safra 2014/2015 seriam necessários entre R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,3 bilhões, mas avalia que o aumento anunciado pelo governo é "aceitável" uma vez que a inflação é estimada em 8% para 2015.

América Latina se compromete a ter mais ônibus limpos

30/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Vinte cidades da América Latina, incluindo nove das quarenta participantes do Grupo de Grandes Cidades para a Liderança Climática, o C40, assinaram um acordo que prevê o aumento da participação de ônibus limpos - de baixa e zero emissões - em suas frotas de transporte público, conforme a Declaração do C40 de Intenções para Ônibus Urbanos Limpos, anunciada na sexta-feira, 27, durante o Fórum Latino-Americano de Prefeitos do C40, realizado em Buenos Aires, na Argentina.

O documento, criado coletivamente pelas cidades que assinaram o compromisso, é considerado um chamado para que montadoras globais, operadores de transportes públicos, empresas de leasing, bancos de desenvolvimento e outras agências de financiamento apoiem os futuros projetos para descarbonizar o transporte coletivo urbano.

Entre as premissas da declaração, as cidades pedem apoio para superar os custos e a falta de financiamento atual que servem como barreiras à contratação em massa de ônibus de baixa emissão. Segundo o C40, as 20 cidades que assinaram a declaração

somam em suas frotas algo como 114.655 ônibus até 2020: se todos estes fossem substituídos por ônibus com emissões zero, a redução de emissões seria equivalente a 1,78 milhão de toneladas por ano, informa a entidade.

As cidades latino-americanas lideram o novo pacto: da região, assinaram a declaração os prefeitos de Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Curitiba, Lima, Cidade do México, Quito, Rio de Janeiro e São Paulo, todas do C40, além de Assunção, Belo Horizonte, Cali, Córdoba, Fortaleza, La Paz, Panamá, Salvador, Santiago, São Domingo, Tegucigalpa e Valparaíso, essas fora do C40.

Além das latino-americanas, outros membros do C40 localizados na África, Ásia, Europa e América do Norte também mostraram apoio à declaração, pedindo menores custos em ônibus com baixas emissões. São elas: Addis Ababa, Cape Town, Johannesburgo e Tshwane (África), Copenhague, Londres, Madrid, Oslo e Varsóvia (Europa), da América do Norte, apenas São Francisco, do leste da Ásia, Seul, e do sudeste asiático, Jakarta.

“Ao tomar essas medidas decisivas aqui, hoje, as cidades latino-americanas estão liderando a condução de ações urbanas que reduzem as emissões de gases de efeito estufa e os riscos climáticos, enquanto promovem saúde, bem-estar e oportunidades econômicas aos cidadãos.

Os prefeitos, através de redes como o C40, estão aprendendo uns com os outros, trocando ideias e acelerando, assim, a ação local efetiva. O evento de hoje é uma prova dessa tendência promissora”, declarou o presidente do C40 e prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

“As cidades em toda a América Latina estão fazendo um trabalho inteligente para melhorar a vida das pessoas e, ao mesmo tempo, diminuir a emissão de carbono, em muitos casos encontrando novas maneiras de expandir o transporte de massa.

Entrar no Pacto Global de Prefeitos é mais um importante passo para as cidades da região porque vai ajudá-las a definir metas climáticas claras, medir o progresso e compartilhar as melhores práticas com o resto do mundo.

Com a Conferência sobre Mudança Climática da ONU, em Paris, no fim do ano, as cidades da região estão mostrando liderança em um momento importante”, disse o enviado especial da ONU para Cidades e Mudanças Climáticas e presidente do conselho do C40, Michael Bloomberg.

Uma pesquisa do C40 mostra que as cidades-membro estão realizando mais de 1,5 mil ações climáticas apenas no setor de transporte, sendo dois terços delas relacionadas ao transporte de massa. A América Latina se destaca entre os exemplos, como os sistemas de BRT, incluindo o Metrobus, em Buenos Aires, a Transoeste, no Rio de Janeiro, e o Transmilenio, em Bogotá.

Ponta Grossa recebe painel do projeto Setores Portadores de Futuro

30/03/2015 - Fonte: Agência FIEP



Ponta Grossa recebeu, nesta sexta-feira (27), o painel de especialistas da segunda edição do projeto Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná. O evento teve a participação do presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, que destacou a importância desse trabalho prospectivo promovido pela entidade, em parceria com o Sebrae/PR.

Os painéis estão sendo realizados em todas as regiões do Estado, reunindo lideranças empresariais e executivos de indústrias de diversos setores, além de representantes do poder público, de instituições de ensino e pesquisa e do terceiro setor.

O projeto, desenvolvido pelos Observatórios Sesi Senai IEL, foi criado em 2005, quando foram apontados 13 setores produtivos e áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Paraná.

Nesta segunda edição, especialistas de 10 mesorregiões do Estado estão reavaliando a primeira priorização e projetando a posição dos setores industriais estratégicos em relação às tendências tecnológicas, industriais e sociais, num horizonte de 10 anos (2015-2025).

“Esta é uma importante ação de planejamento”, disse o presidente do Sistema Fiep. “O Brasil peca muito nesta área e por isso o Sistema Fiep tem investido em estudos prospectivos há anos, para ajudar no planejamento dos negócios e na atração de investimentos para nosso Estado.

Ao final deste trabalho, teremos um material muito rico, que nos dará um bom subsídio para planejar nossas ações”, completou Edson Campagnolo.

Para empresários, gestores públicos e acadêmicos que participaram do painel em Ponta Grossa, o trabalho prospectivo desenvolvido pelo Sistema Fiep tem grande importância para o planejamento do futuro da região e do Estado.

“Um evento como este, que faça um diagnóstico da região e apresente tendências para o futuro, é sempre muito importante para refletirmos sobre onde queremos chegar”, disse o empresário Alvaro Scheffer, coordenador regional da Fiep em Ponta Grossa.

“Em relação à indústria, precisamos ter conhecimento sobre quais tecnologias ainda existirão daqui a 10 anos e as novas que surgirão, para que possamos definir estratégias e investimentos”, acrescentou.

O prefeito de Carambeí, Osmar Blum Chinato, afirmou que o projeto Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná pode contribuir para que a administração pública possa planejar ações de longo prazo.

“É muito importante para o gestor público conhecer o que a sociedade pensa para o futuro da região”, declarou. Para Chinato, o estudo pode contribuir para que mais municípios da região dos Campos Gerais possam definir estratégias para se aproveitar o processo de industrialização pelo qual a região dos Campos Gerais vem passando nos últimos anos.

“Essa industrialização ainda está muito concentrada em Ponta Grossa. Com um plano estratégico como os Setores Portadores de Futuro, municípios menores também podem se preparar para atrair indústrias dentro de suas peculiaridades”, disse.

O projeto do Sistema Fiep é apontado como importante para definição de estratégias futuras também pela academia. O reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Carlos Luciano Vargas, que já havia participado dos painéis de 2005, ressalta que o evento é uma oportunidade para troca de informações.

“Da mesma maneira que ouvimos as demandas e necessidades dos empresários e da sociedade, também podemos apresentar as tendências com que estamos trabalhando na universidade”, explicou.

Segundo ele, uma das prioridades da atuação da UEPG atualmente é o incentivo à inovação. “Precisamos investir na inovação, com a busca de novos produtos, de acordo com as vocações da região. E não há como fazer isso sem o alinhamento com os empreendedores”, completou o reitor.

Sobre o projeto

Os painéis de especialistas da segunda edição do projeto Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná começaram no último dia 11. Até agora, ocorreram reuniões nos municípios de Cornélio Procópio (Norte Pioneiro), Cascavel (Oeste), Francisco Beltrão (Sudoeste), Guarapuava (Centro-Sul), Campo Mourão (Centro-Occidental) e Ponta Grossa (Centro-Oriental).

Ainda serão realizados encontros em Irati (Sudeste), no dia 31; Umuarama (Noroeste), dia 7; Apucarana (Norte Central), dia 9; e Curitiba (RMC), dia 13. A equipe dos Observatórios realizou estudos sobre a economia e potencial de PD&I do Paraná e suas mesorregiões, e prospectou e selecionou tendências tecnológicas, industriais e sociais em âmbito internacional. Esta base de dados está sendo utilizada como subsídio para os painéis nas 10 mesorregiões do estado.

Os especialistas que participam deste estudo foram convidados por sua visão sistêmica, posição de liderança, por serem conhecedores da dinâmica econômica e social da mesorregião, atuantes nas decisões locais e formadores de opinião. Também foram convidados profissionais que representam instituições de ensino e pesquisa, governo, indústria, e terceiro setor.

Na primeira edição do projeto Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná, realizada em 2005, foram priorizados 13 setores produtivos e áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado – Agroalimentar, Biotecnologia aplicada à indústria agrícola e florestal, Biotecnologia aplicada à indústria animal, Energia, Meio Ambiente, Metalmeccânica, Microtecnologia, Papel e Celulose, Plástico, Produtos de Consumo, Saúde, Turismo e Construção Civil.

Para chegar a este resultado, os Observatórios realizaram 06 painéis de especialistas nas regiões Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste, Campos Gerais e de Curitiba, com a participação de mais de 120 formadores de opinião.

Workshop mostra elevação nos custos de produção na indústria de calcário e derivados

30/03/2015 - Fonte: Agência FIEP



A alta recente nos custos de produção na indústria de calcário e derivados foi tema de um workshop promovido pelo Sindemcap, com apoio do Conselho Setorial da Indústria Mineral da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), em Almirante Tamandaré. O evento reuniu industriais da região, que discutiram sobre os aumentos verificados em insumos e serviços nos últimos meses.

A equipe da gerência de Fomento e Desenvolvimento da Fiep fez uma apresentação para mostrar as mudanças no custo das empresas do setor diante da elevação em tarifas e reajuste em preços de produtos.

Conforme o levantamento divulgado durante o workshop, o setor sofreu com aumentos acima da inflação em todos os itens que compõem o custo de uma indústria – explosivos, pneus, materiais de desgaste, manutenção industrial, depreciação, despesas administrativas e financeiras, mão de obra, combustíveis, e energia elétrica.

O custo geral das indústrias do setor aumentou, em média, 22,67% entre março de 2014 e março de 2015, sendo que o maior impacto veio do reajuste da energia elétrica (108,1%).

O levantamento apontou a possibilidade de novos reajustes neste ano, não contabilizados na apresentação, como mão de obra e tarifa da energia elétrica – previsto para junho deste ano. Além disso, o preço do dólar também pode influenciar nos custos das empresas do segmento.

Energia elétrica – A equipe da Fiep também apresentou algumas sugestões que podem auxiliar os industriais a minimizar os gastos com energia elétrica, como consultoria para otimização no consumo, composição de fontes alternativas, compra de energia via “mercado livre”, atualização de equipamentos e ações de compra conjunta.

Os industriais se mostraram preocupados com o cenário e estimam uma crise para o setor de calcário em 2015. “O cenário é pior do que pensávamos. Chegou o momento de agirmos como setor e colocarmos um planejamento estratégico em prática, ou sofreremos impactos muito sérios.

As tarifas subiram de tal maneira que se tornou quase impraticável manter as atividades. Precisamos de união do setor e os industriais precisam ter isto em mente”, opinou o presidente do Sindemcap, Josemar Guarise.

Indústria lança Agenda Legislativa e defende melhoria no ambiente de negócios brasileiro

30/03/2015 - Fonte: Agência FIEP

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou nesta terça-feira (24) a [Agenda Legislativa da Indústria 2015](#). Em sua 20ª edição, o documento reforça a necessidade de construção de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, participou da solenidade de lançamento da publicação, em Brasília, que teve ainda as presenças do presidente do Senado, Renan Calheiros, do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e de representantes de vários estados no Congresso Nacional – incluindo 15 parlamentares paranaenses.

As 128 propostas contidas na Agenda Legislativa 2015 refletem os pilares da agenda de competitividade descrita nos 42 documentos preparados pela CNI, no ano passado. Esse conjunto de proposições defendidas pela indústria merece apoio por trazer avanços como a redução da burocracia, a simplificação de tributos, a modernização das relações do trabalho e o aprimoramento de marcos legais, que oferecem maior segurança jurídica para investimentos e projetos do poder público.

“É fundamental que não apenas o Executivo, mas principalmente o Legislativo, tenham plena consciência das demandas da indústria brasileira”, afirmou Campagnolo. “O setor produtivo como um todo e a indústria em especial atravessam um momento extremamente difícil.

Precisamos que os ajustes para retomar o crescimento da economia passem obrigatoriamente pelo aprimoramento do ambiente de negócios do país, a fim de garantir desenvolvimento em longo prazo”, acrescentou.

Assim como Campagnolo, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou que a conjuntura “complexa e delicada” do país vem prejudicando a economia e a indústria nacional. “É preciso agir em regime de urgência. É imperativo fazer os ajustes necessários para assegurar o equilíbrio das contas públicas e para garantir o controle da inflação”, declarou.

Braga também disse considerar fundamental a melhora no ambiente de negócios brasileiro. “Embora tenhamos registrado melhoras pontuais ao longo dos últimos anos, o quadro ainda é hostil à atividade empresarial. O aperfeiçoamento do ambiente de negócios no Brasil exige grandes avanços. Nessa empreitada, o Congresso Nacional desempenhará um papel fundamental”, comentou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, aproveitou seu discurso para falar sobre o ajuste fiscal proposto pelo governo federal, em tramitação no Congresso. Segundo ele, o projeto deve sofrer alterações.

“Não há como o Parlamento abrir mão de aprimorar o ajuste fiscal proposto pelo Executivo. O ajuste como está tende a não ser aceito pelo Congresso porque é recusado pelo conjunto da sociedade”, disse.

Calheiros também defendeu a proposta de redução do número de ministérios, apresentada por seu partido, o PMDB. "Se aplaudimos recentemente o Mais Médicos, está na hora do programa 'Menos Ministérios'; vinte no máximo, menos cargos comissionados, menos desperdício e menos aparelhamento", declarou.

Além do presidente do Senado, diversos parlamentares participaram do lançamento da Agenda Legislativa 2015 em Brasília. O Paraná, com 15 deputados federais presentes, foi o estado com o maior número de representantes. Compareceram: Alex Canziani, Alfredo Kaefer, Christiane Yared, Diego Garcia, Evandro Rogerio Roman, Leopoldo Meyer, Luciano Ducci, Luiz Carlos Haully, Luiz Nishimori, Osmar Bertoldi, Osmar Serraglio, Ricardo Barros, Sandro Alex, Sergio Souza e Takayama.

Prioridades

As propostas da Agenda Legislativa 2015 representam um importante reforço para o processo de ajuste das contas públicas em curso. Em especial, as 18 proposições listadas na Pauta Mínima, conjunto de temas prioritários e de maior impacto sobre o ambiente de negócios.

Ciente da importância da recuperação da saúde fiscal e atual momento da economia, a indústria brasileira atribuiu maior urgência aos temas que atacam problemas estruturais, sem impor pressão adicional aos gastos públicos.

As propostas oferecem ao Congresso Nacional um norte para eliminar entraves históricos ao crescimento da economia, como a excessiva burocracia e a complexidade do sistema tributário. Muitas das proposições que a Agenda Legislativa 2015 defende estão em estágio avançado de tramitação e, caso sejam aprovadas, terão impacto sensível na capacidade de o Brasil ser mais competitivo.

Dos 18 projetos listados na Pauta Mínima, cinco são considerados urgentes pela CNI em 2015:

- Terceirização (PL 4330/2004)

A falta de regulamentação da terceirização é fonte de insegurança a empresas e empregados prestadores de serviços, que põe sob risco constante milhões de empregos formais em toda a economia.

Pesquisa da CNI mostra que 70% das empresas do setor utilizam serviços terceirizados e 57% teriam sua competitividade prejudicada caso sejam impedidas de contratá-los. Na terceirização, prevalecem os serviços especializados e diretamente ligados às etapas produtivas, não se resumindo aos serviços auxiliares. A terceirização não pode ser confundida com precarização das relações de trabalho.

- Norma Regulamentadora 12 (PDC 1408/2013)

A Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12) é o marco legal brasileiro de segurança na operação de máquinas e equipamentos no setor industrial. Em 2010, a norma foi alterada com o objetivo de alinhar o padrão do Brasil aos aplicados na União Europeia mas, devido à alta complexidade, a norma se mostrou inexecutável, técnica e economicamente.

Para a CNI, as normas devem equilibrar a máxima proteção e segurança do trabalhador com a sustentabilidade do processo produtivo.

- Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado (PLC 02/2015)

A pesquisa com recursos da biodiversidade abre caminho para enorme avanço científico no futuro, gerando benefícios para toda a sociedade brasileira.

A proposta reforma o marco legal em vigor, que impôs grandes restrições à pesquisa no país, reduz a burocracia e define regras para o acesso e repartição dos benefícios obtidos pela exploração econômica de produtos oriundos de recursos da biodiversidade (patrimônio genético) e do conhecimento tradicional associado.

- Crédito financeiro do IPI (PL 6530/2009)

A proposta corrige uma grande distorção do sistema tributário brasileiro, reduzindo a incidência de impostos acumulados na cadeia produtiva até o produto final. Segundo o projeto, o valor tributado por IPI, PIS e Cofins ensejará crédito correspondente, ao implementar o simples controle contábil em substituição ao sistema de crédito físico.

A eliminação da cumulatividade de tributos é essencial para simplificar o sistema tributário e melhorar o ambiente de negócios do país.

- Convalidação de incentivos fiscais de ICMS (PLS-C 1300/2014)

O projeto equaciona conflitos federativos quanto aos programas estaduais de incentivo tributários e fiscais e traz segurança para as empresas que usufruíram dos créditos de ICMS para fazer importantes investimentos.

O pleno reconhecimento dos incentivos, com a remissão dos créditos, evitará a cobrança retroativa e o fim do conflito judicial, trazendo segurança para as empresas e o Fisco dos estados brasileiros.

Toyota revitaliza e expande fábrica de São Bernardo

30/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A Toyota realizou nesta segunda-feira (23) a cerimônia para celebrar a conclusão da fase inicial do projeto de revitalização da planta de São Bernardo do Campo (SP), a primeira fábrica da montadora fora do Japão, com início das operações em 1962. O projeto, batizado de "São Bernardo Reborn", exigiu investimento nesta primeira etapa de cerca de R\$ 19 milhões.

O projeto contempla diversas ações. Entre elas, a implantação do terceiro turno no setor de forjaria, que passará a produzir bielas e virabrequins para abastecer a futura planta da Toyota em Porto Feliz (SP), com previsão de inauguração no primeiro semestre de 2016.

Em Porto Feliz serão fabricados os motores 1.3L e 1.5L do Etios. O evento marcou também a oficialização da transferência da sede administrativa da Toyota de São Paulo para o ABC paulista.

BIELAS E VIRABREQUINS - A forjaria de São Bernardo do Campo exporta bielas e virabrequins para as fábricas da Toyota nos Estados Unidos, que montam os modelos Corolla e Camry.

São produzidos atualmente cerca de 3,9 milhões de unidades de bielas e mais 700 mil virabrequins por ano. Com a implantação do terceiro turno e o consequente abastecimento a Porto Feliz, os acréscimos de produção para cada componente será na ordem de 10% e 14%, respectivamente.

ACORDO COM SINDICATO - Durante a cerimônia, a montadora também destacou o compromisso assinado com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com os trabalhadores da unidade, que somam atualmente mais de 1.500 funcionários.

Pelo acordo, todas as partes se empenharão em aprimorar os processos produtivos da empresa, aumentando, dessa maneira, a competitividade da Toyota perante a indústria automotiva nacional e global.

“Dessa forma, a Toyota quer fazer valer um de seus principais valores que é a contribuição contínua para o desenvolvimento da economia e da sociedade dos países onde a empresa atua”, afirmou Steve St. Angelo, CEO para a América Latina e Caribe e chairman da Toyota do Brasil.

“Começamos uma nova história em São Bernardo do Campo, com todas as funções concentradas nesta que é a nova sede da Toyota do Brasil”, disse Koji Kondo, presidente da Toyota do Brasil. “Desta forma, vamos melhorar a comunicação entre as áreas, tomando decisões mais rápidas e ampliando a sinergia entre as equipes”.

Seis grandes empresas de ferramentas não irão à Feimafe

30/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Seis grandes empresas do setor de ferramentas cancelaram sua participação na Feimafe, a principal feira de máquinas e ferramentas que será realizada de 18 a 23 de maio, no Anhembi.

Todas pertencem a dois grandes grupos, líderes mundiais do setor: Sandvik e IMC. Do Grupo Sandvik, são as três integrantes da Área de Negócios Sandvik Machining Solutions: Sandvik Coromant, Seco Tools e Walter; do Grupo IMC, Iscar, TaeguTec e Tungaloy.

A retração do mercado, que provocou queda média acima de 10% no volume de negócios no ano passado, é apontada como o principal motivo dos cancelamentos - já que a maioria delas já havia reservado espaços no evento.

O alto custo também foi lembrado - são empresas que costumam montar estandes de 60 a 300 m² na feira, com investimentos estimados entre R\$ 300 mil e R\$ 1 milhão.

“Nós decidimos ainda no ano passado não participar da Feimafe. O custo de nossa participação é muito elevado e era necessário reduzir gastos. Iremos direcionar nossos esforços para o atendimento e abastecimento de nossos clientes e na manutenção de nossa estrutura, com equipe forte e preparada”, afirma Ricardo Freitas, gerente de Marketing e Treinamento da Iscar do Brasil, destacando que a decisão foi local.

Na semana da feira, a empresa promoverá o evento de lançamento de produtos no Holliday Inn, com a presença de Jacob Harpaz, CEO da Iscar e presidente do Grupo IMC.

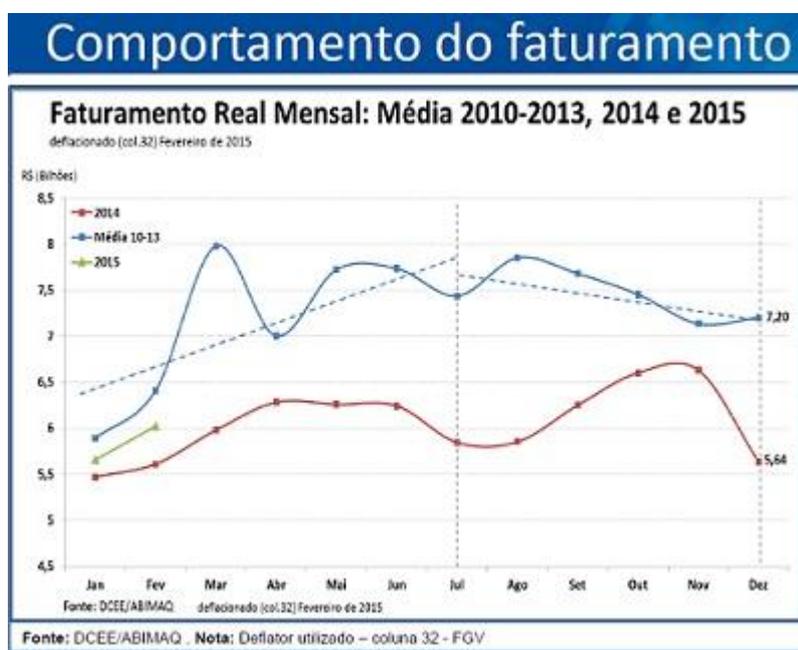
“Tomamos essa decisão no final do ano passado, quando estávamos trabalhando em nosso planejamento para 2015. Sabíamos que seria um ano difícil e precisávamos ser muito criteriosos na escolha de nossas ações”, afirma Fábio Ferracioli, gerente de Eventos da Sandvik Coromant para Américas.

“Coincidentemente, em 2015, o Brasil sediará pela primeira vez o ‘World Skills Competition’, do qual somos patrocinadores. Então, optamos por não participar pontualmente desta edição da Feimafe e concentrar todos os esforços no World Skills e em algumas outras ações que promoveremos para as futuras gerações da indústria”.

“Decidimos não participar do evento neste ano devido à conjuntura econômica. É um investimento alto”, explica Vagner Bellini, supervisor de Marketing e Treinamento da TaeguTec do Brasil. “Em substituição, vamos intensificar a realização de eventos regionais com nossos clientes e workshops em conjunto com fabricantes de máquinas”.

Máquinas: setor fecha primeiro bimestre em alta

30/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



O faturamento do setor de máquinas e equipamentos cresceu 5,4% no primeiro bimestre de 2015 na comparação com o mesmo período do ano passado. Em fevereiro o resultado apurado pelo setor, segundo os dados divulgados pela Abimaq, atingiu R\$ 6,02 bilhões, com aumento de 6,5% sobre janeiro e de 7,3% sobre fevereiro de 2014.

Na avaliação da Abimaq, porém, esse não é um indicativo de que o exercício atual possa superar o anterior. Para a entidade, o resultado positivo se deve mais à fraca base de comparação do que a um aumento real.

“Quando falamos em fraca base de comparação nos referimos particularmente aos meses de janeiro e fevereiro de 2014, nos quais o faturamento foi muito baixo”, explica Mário Bernardini, diretor de Competitividade da Abimaq.

O diretor lembra que, em 2014, o faturamento do setor totalizou cerca de R\$ 70 bilhões, com média mensal em torno de R\$ 6 bilhões. Porém, no primeiro bimestre do ano passado as vendas ficaram abaixo dessa média, pouco acima de R\$ 5 bilhões.

“Gostaria muito que esse aumento fosse mantido ao longo do ano. Não acredito, mas queria ser surpreendido por um aumento do faturamento”, observa Bernardini, frisando que “o ambiente geral não é favorável à indústria”.

Apesar de estar acima de 2014, o faturamento está abaixo da média do setor no período 2010 a 2013, como mostra o gráfico acima. A linha vermelha mostra o comportamento das vendas em 2014, que ficou 17% abaixo da média (a linha azul). A linha verde, que representa o volume de negócios em 2015, está abaixo da média e acima da linha de 2014.

O consumo aparente (importações menos exportações) caiu 17,2% em fevereiro, na comparação com janeiro (no ano, o resultado é positivo em 1,5%). Esta retração, segundo a entidade, se deve à forte queda das importações, que somaram US\$ 1,82 bilhão em fevereiro, com queda de 30,3% em relação a janeiro e de 17,3% na comparação com fevereiro do ano passado. A forte redução nas importações, segundo a Abimaq, "é, provavelmente, reflexo mais da baixa demanda do que da forte depreciação cambial que encarece o produto importado".

Já as exportações cresceram 0,9% na comparação com janeiro, mas caíram 24,5% em relação a fevereiro de 2015. A queda das exportações no ano já soma 27,7%. "Mesmo com o resultado acumulado abaixo de 2014, as exportações mantiveram participação elevada (37%) no total das vendas do setor, acima da média histórica de 32%", informa a Abimaq.

Unicom traz ao Brasil sistemas de fixação da Inbis

30/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A Unicom do Brasil fechou contrato de representação com a Inbis, de Taiwan, fabricante de sistemas de fixação de ferramentas para tornos de cabeçote móvel, também conhecidos como tornos tipo suíço.

A Inbis, que tem sede na cidade de Taichung, em Taiwan, oferece gama completa de sistemas de fixação de ferramentas, tanto acionadas quanto estáticas, para os principais fabricantes de tornos com essa tecnologia.

"Trata-se de um fabricante reconhecido internacionalmente por sua qualidade e poder de competitividade. Por isso, tem grande potencial para tornar-se um importante fornecedor para a indústria brasileira que está em constante busca de soluções técnicas com boa ou ótima relação custo x benefício", afirma Rogério Fuzaro, diretor da Unicom do Brasil.

Fuzaro explica, ainda, que com a parceria com a Inbis, a Unicom do Brasil se fortalece como fornecedora de soluções em sistemas de fixação e de usinagem de alta tecnologia.

A empresa já representa no mercado brasileiro a italiana Alberti, fabricante de cabeçotes angulares de alta precisão, e a D'Andrea, também da Itália, que produz cabeçotes de mandrilamento e sistemas de fixação de ferramentas.

Tupy investe em P&D para enfrentar avanço do alumínio

30/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A Fundação Tupy tem como uma de suas principais atividades a produção de blocos e cabeçotes para motores automotivos utilizando diversos tipos de ferros fundidos. Com faturamento em 2014 superior a R\$ 3 bilhões, a empresa é líder desse setor no mundo.

Para manter esta posição e enfrentar a crescente concorrência de componentes em materiais leves como o alumínio, estabeleceu parceria com o IPT para estudar os fenômenos decorrentes da diminuição da espessura das paredes das peças a valores inferiores a três milímetros.

“Esta é a tendência dos projetistas de automóveis e caminhões, que são um dos clientes da Tupy”, explica o pesquisador responsável pelo Centro de Tecnologia em Metalurgia e Materiais do IPT, Mário Boccalini Júnior.

O projeto iniciado em 2014 entre o Instituto e a empresa escolheu como objetos de estudo os ferros fundidos cinzentos e os ferros fundidos com grafita compacta em paredes finas, com até 3 mm de espessura, em duas abordagens: as relações ‘microestrutura-propriedades’ de ferros fundidos de parede fina, gerando dados atualizados a serem utilizados no modelamento estrutural de motores, e as relações ‘variáveis de processo - microestrutura’ de ferros fundidos em paredes finas, visando estender a possibilidade de redução de espessura com manutenção do controle da microestrutura e ganho nas propriedades mecânicas.

O prazo para execução do projeto é de 24 meses, com término no primeiro semestre de 2016, e os pesquisadores estão estudando a relação entre a microestrutura do material e as propriedades mecânicas atingidas para estas espessuras, ou seja, como a espessura do componente que está sendo fundido exerce influência sobre a velocidade de resfriamento durante a solidificação, como a velocidade de resfriamento age sobre a microestrutura formada e também como a microestrutura formada influi, entre outros pontos, nas propriedades mecânicas.

Quando se trabalha com espessuras reduzidas, a velocidade de resfriamento aumenta e as paredes perdem temperatura mais rapidamente.

Em princípio, de maneira geral, o resfriamento excessivamente rápido dos ferros fundidos pode trazer efeitos indesejados, dificultando o processo de formação da microestrutura adequada, explica ele.

Este resfriamento acelerado acaba promovendo a formação de constituintes prejudiciais às propriedades do material. Como o aumento dessa velocidade é inevitável, os pesquisadores estão buscando caminhos para evitar ou mitigar os efeitos negativos sobre a microestrutura e, conseqüentemente, sobre as propriedades mecânicas.

Apesar de o ferro fundido ter densidade superior à do alumínio, a comparação das propriedades relativas à massa dos dois materiais mostra um desempenho superior do primeiro.

“Reduzir o volume total do bloco significará uma peça com massa similar àquela produzida em alumínio, mas de melhores características”, afirma Renato Soares Lopes, engenheiro de materiais e pesquisador da Tupy.

Existem em andamento hoje em dia estudos em universidades e de pesquisadores de montadoras voltados à redução de espessura de componentes, mas ainda é um mundo a ser desbravado, explica ele:

“É este o escopo do projeto: produzir blocos de volumes menores e paredes mais finas com um desempenho adequado. A intenção é fazermos um estudo de maneira aprofundada para gerar um método de engenharia, e não apenas um método técnico de processamento”.

Fábrica da CNH em MG: uma das mais competitivas do mundo

30/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A fábrica de máquinas de construção que a CNH Industrial mantém em Contagem (MG) é considerada pelo grupo com uma das plantas mais eficientes do mundo. Inaugurada há mais de 40 anos, a unidade – que produz máquinas de construção das marcas Case e New Holland Construction – se diferencia pelo amplo portfólio, bons resultados de produtividade, custos, qualidade, sustentabilidade e segurança, bem como em termos de manutenção e logística.

A unidade de Contagem fornece cinco linhas de produtos (retroescavadeira, pá carregadeira, motoniveladora, trator de esteira e escavadeira hidráulica), que se transformam em 15 plataformas, se subdividem em 42 modelos e em 334 diferentes versões de máquinas. Com área de 120 mil m² e cerca de 1.200 funcionários, tem capacidade produtiva anual de 9.500 unidades. A cada dia saem das linhas de montagem 35 novos equipamentos.

Visando a redução dos custos de produção, a planta mineira conseguiu diminuir em 50% os gastos com inventário de matéria-prima.

Ecologicamente correta, adotou uma série de soluções inteligentes e sustentáveis, com a reutilização de água para lavagem final dos produtos, a reciclagem de 98% dos resíduos e a redução anual de 10% do consumo de energia total nos últimos cinco anos.

Segundo a CNH Industrial, a fábrica foi recentemente certificada no nível Prata para o programa WCM (World Class Manufacturing), “reconhecimento que confirma que as boas práticas aplicadas estão em sintonia com os melhores conceitos de manufatura no mundo”. Este sistema de gerenciamento é adotado desde 2007 e tem trabalhado no melhoramento constante da sua gestão e dos seus processos.

Na avaliação de Adriano Gandra, diretor de Manufatura da Planta de Contagem, o trabalho realizado na unidade demonstra a busca contínua pela competitividade, com foco nos custos e na responsabilidade de uma ponta a outra.

“Com o alto valor da energia e dos combustíveis, temos de investir na eficiência da companhia. Buscamos entregar nossos produtos, que têm alto valor agregado, com um custo menor e com uma qualidade à altura das expectativas de nossos clientes. E tem dado certo, pois nossos preços garantem excelentes posições de mercado”, afirma.

Ferramentas: Vargus, de Israel, abre filial no Brasil

30/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



Fabricante de ferramentas para rosqueamento, de abertura de canais e de rebarbação manual, a israelense Vargus acaba de abrir filial no Brasil, em Jaraguá do Sul (SC).

Presente no mercado brasileiro há mais de uma década, através de distribuidores e representantes, a companhia decidiu passar a atuar diretamente no País com o objetivo de ampliar sua participação no mercado brasileiro.

“Estamos ativos no mercado brasileiro há muitos anos. Agora, decidimos intensificar essa presença com o estabelecimento de uma subsidiária, a Vargus Brasil, que nos permita expandir nosso alcance geográfico e oferecer melhor suporte e apoio aos nossos clientes, distribuidores e representantes”, afirma Harry Ehrenberg, presidente da Vargus Ltd.

A subsidiária será comandada por Marciano Alves, diretor-geral da Vargus Brasil. “Trata-se de um profissional experiente da indústria de ferramentas de corte, que irá contribuir com sua larga experiência para o projeto da Vargus Brasil”, informa comunicado da empresa.

O documento explica ainda que a filial contará com amplo estoque local e rede de distribuidores e representantes, além de equipe de engenharia que se encarregará do suporte técnico aos clientes.

“Embora todos estejamos cientes que o mercado brasileiro enfrenta atualmente alguns desafios, nosso compromisso para entregar o mais elevado nível de qualidade, inovação e serviço não diminuiu.

Pelo contrário, vemos enorme potencial no mercado brasileiro e estamos comprometidos em fazer da Vargus Brasil uma de nossas principais subsidiárias do mundo”, observa David Wolfe, vice-presidente de Vendas e Marketing da Vargus Ltd., convidando os clientes a conhecer o portfólio de produtos da empresa no estande que será montado na Feimafe, em maio, no Anhembi.

Vargus - Há mais de 50 anos no mercado de ferramentas, a Vargus integra o grupo Neumo Ehrenberg, com sede em Knittlingen, na Alemanha, que engloba 26 companhias que operam em 26 países. O portfólio da Vargus hoje é composto das linhas Vardex, uma das líderes mundiais para o torneamento e fresamento de roscas; a Groovex, de

ferramentas para abertura de canais em torneamento e fresamento e para microssinagem; e a Shaviv, composta de ferramentas de rebarbação manual.

Faturamento da indústria de máquinas e equipamentos cresce 6,5% em fevereiro

30/03/2015 - Fonte: CIMM

O faturamento da indústria brasileira de máquinas e equipamentos registrou aumento de 6,5% em fevereiro, em relação ao mês anterior, e totalizou R\$ 6,023 bilhões. Se comparado ao mesmo mês do ano passado, a receita bruta foi 7,3% maior. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

A entidade destacou, em nota, que “apesar da melhora nas vendas para o mercado interno, o crescimento ocorrido em fevereiro de 2015 é devido mais à fraca base de comparação do período, do que a um aumento real”.

O resultado das exportações, US\$ 791 milhões, foi 0,9% maior que o de janeiro. Já em relação ao mesmo mês de 2014, as exportações caíram 24,5%. No primeiro bimestre do ano, as exportações tiveram queda de 27,7%, na comparação com igual período de 2014.

A Abimaq informou que, mesmo com o resultado acumulado abaixo do de 2014, as exportações mantiveram uma participação elevada, de 37%, no total das vendas, acima da média histórica de 32%.

Em fevereiro, a importação de máquinas e equipamentos totalizou US\$ 1,824 bilhão. As importações caíram 30,3%, reflexo especialmente da baixa demanda. Para a Abimaq, a depreciação cambial, que pode encarecer o produto importado, é um dos fatores que levaram a esse resultado, porém não é o principal.

O saldo da balança comercial do setor registrou em fevereiro queda de 43,6% sobre o mês de janeiro de 2015 e chegou ao déficit de US\$1,032 bilhão. No acumulado do ano, o saldo caiu 5,4%.

O quadro de pessoal da indústria de máquinas e equipamentos mecânicos cresceu 0,3% em fevereiro, em relação ao mês anterior, registrando 243.671 pessoas empregadas. Porém, na comparação com o número de pessoas empregadas no início de 2014, houve fechamento de 11.087 postos de trabalho.

Conselho de Micro e Pequenas Empresas da CNI discute cenário econômico para 2015

30/03/2015 - Fonte: Agência CNI

A primeira reunião dos integrantes do Conselho Temático de Micro e Pequenas Empresas (Compem) da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) foi marcada pela apresentação do panorama econômico e político que influenciará o desempenho dos negócios de menor porte no Brasil.

O encontro, realizado nesta segunda-feira (23), reuniu na sede da CNI em Brasília representantes de 25 federações estaduais de indústria e de associações setoriais. O Compem é presidido por Amaro Sales, dirigente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte ([FIERN](#)).

O secretário-executivo da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE), Nelson Costa, detalhou o funcionamento do programa Bem Mais Simples, lançado no fim de fevereiro, que, entre várias medidas de desburocratização,

inclui o fechamento automático de uma empresa - processo que poderia durar anos antes da simplificação das exigências.

Costa falou também sobre a proposta, encaminhada ao Congresso Nacional, de criar rampas de transição para as empresas que ultrapassam o limite de faturamento do Simples Nacional.

A pauta de projetos de lei relevantes para micros e pequenos foi o tema da fala do gerente-executivo de Assuntos Legislativos da CNI, Marcos Borges. Já o economista da CNI Marcelo Azevedo contextualizou a situação da economia brasileira e as perspectivas negativas para este ano.

Os conselheiros também se interaram do status das negociações sobre a Norma Regulamentadora 12, que trata de segurança das máquinas, apresentada pelo especialista em Relações do Trabalho Clovis Veloso.

O próximo encontro do Compem acontece dia 30 de abril, também em Brasília.

Como conciliar empresa familiar e desenvolvimento profissional

30/03/2015 - Fonte: Portal Contabil

Ainda há uma ideia meio generalista quando se fala de empresa familiar no Brasil. Boa parte do senso comum cai no erro de afirmar que a ascensão nestes casos não demanda esforços ou desenvolvimento.

Esta informação não procede, embora existam casos de profissionais que se acomodam pelo fato de trabalharem com a família. No entanto, existem aqueles que desejam se desenvolver mesmo com a segurança oferecida pelo negócio familiar, e é por eles que o mercado se interessa de fato.

A empresa é familiar, mas a carreira é particular. Algo importante para os profissionais que trabalham na empresa da própria família é saber separar as relações familiares das relações profissionais.

O interesse pelo próprio desenvolvimento profissional não precisa partir de ninguém mais além do próprio indivíduo. Não é uma atitude boa esperar que a cobrança pela qualificação venha de terceiros, pois, por mais que o negócio seja da família, é importante que a carreira seja uma preocupação pessoal.

A acomodação é um dos problemas mais frequentes da carreira de profissionais que atuam em negócios familiares. A sensação de que o emprego estará sempre garantido faz com que estes profissionais negligenciem a própria capacidade e o próprio desenvolvimento.

Por onde começar a se desenvolver?

Existe hoje no mercado uma gama de possibilidades de desenvolvimento profissional. Para quem quer se qualificar e se atualizar – o que é ideal que seja feito a cada três ou cinco anos –, basta uma breve busca para encontrar uma infinidade de alternativas. O primeiro passo é decidir o que se deseja estudar e sobre o que, especificamente, se deseja aprender. Outro ponto é pensar em como os novos conhecimentos poderão auxiliar no desenvolvimento da empresa.

Para aqueles que pretendem se manter nos negócios da família, é interessante fazer uma avaliação das necessidades da organização, para saber como o próprio estudo poderá ajudar em longo prazo. No entanto, mais que estudar, o desenvolvimento profissional se

dá no dia a dia. Mostrar interesse pelos negócios e procurar entender os processos são atitudes que colocam qualquer profissional um patamar acima dos demais.

Encarar a empresa familiar como uma fonte de possibilidades – como qualquer outra empresa – ajuda muito a ser visto como um profissional maduro. E encarar como uma fonte de possibilidades implica também procurar sempre ajudar no desenvolvimento da própria empresa.

Desenvolvimento profissional é uma obrigação de qualquer pessoa que esteja inserida no mercado. Independentemente do perfil da organização, é o profissional quem decide onde quer chegar e por quais meios. Adotar uma atitude madura, focada em resultados e que se mantém em constante crescimento é promissor para qualquer um. Portanto, não espere precisar. Faça hoje

Vai doer na carteira

30/03/2015 - Fonte: Portal Contabil

O Banco Central apresentou na semana passada uma medida que deve afetar a cotação do dólar nos próximos meses. A partir do dia 31 de março, o programa de leilões diários da moeda americana, chamado de "swap cambial", deixará de existir. Na prática, significa que o governo não quer mais segurar artificialmente o dólar, permitindo que ele flutue de acordo com os ventos econômicos.

Um dia depois do anúncio, o mercado deu seu recado. A moeda disparou 2,3%. Também na semana passada, um relatório do mesmo BC informou as projeções de inflação para 2015. Agora, estima-se que alta de preços neste ano será de 8,12% e não mais de 7,93%.

Qualquer que seja o número, ele está distante do teto da meta, de 6,50%. Afinal, o que os indicadores querem dizer? Um fato parece inquestionável: em breve, tudo isso vai pesar no bolso dos brasileiros.

Uma alta excessiva do dólar provoca danos na economia. De imediato, ela encarece o preço de artigos importados, o que afeta uma boa parte da cadeia produtiva. Muitos bens fabricados no Brasil usam insumos vindos de outros países.

Se o valor desses itens subir demais, o preço final do produto aumenta. A escalada da moeda americana também dificulta o acesso a viagens ao exterior – muita gente é obrigada a deixar a Disney para depois.

No final, o conjunto dessas forças pressiona a inflação. O desafio do mercado é estimar qual será o ponto de equilíbrio. "Do ponto de vista conjuntural, o cenário de incertezas pode fazer o dólar ultrapassar os R\$ 3,50", diz Clemens Nunes, professor da Fundação Getúlio Vargas.

Usar artifícios como o swap cambial não funcionou até agora para segurar a disparada do dólar. Em 2015, sua cotação ante o real acelerou mais de 20%, percentual muito acima dos rendimentos de qualquer aplicação financeira.

Quer dizer que, sem o controle do governo, há o risco de a moeda subir ainda mais? Essa lógica não é tão simples assim. Em geral, represar preços costuma ter efeitos desastrosos na economia.

"O câmbio é um preço como outro qualquer", diz André Sacconato, diretor de pesquisa da consultoria Brasil Investimentos e Negócios (Brain). "Quando você tenta segurar muito a

cotação de uma moeda, pode esperar que haverá um grande salto lá na frente." Para o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a maneira mais eficaz de evitar o descontrole do dólar e da inflação é a aprovação do ajuste fiscal. Por enquanto, isso está longe de acontecer.

Delphi anuncia o fechamento de sua fábrica em Itabirito

30/03/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A crise no setor automotivo brasileiro fez mais uma vítima: a Delphi Automotive System do Brasil, especializada na produção de chicotes elétricos para veículos automotores e fornecedora da Fiat Automóveis S/A, está encerrando suas atividades na planta de Itabirito, na região Central do Estado. Com isso, os cerca de 800 funcionários que atuavam na fábrica serão demitidos. As informações são do Sindicato dos Metalúrgicos do município.

De acordo com o sindicato, a empresa, que atuava em Itabirito há 20 anos e já chegou a ter mais de 1,5 mil empregados, vinha reduzindo o quadro de pessoal desde o ano passado e estava operando em apenas um turno.

Em janeiro, a Delphi comunicou a decisão aos empregados e, a partir do dia 1º de abril, não haverá mais atividades na cidade. O motivo alegado pela multinacional norte-americana seria a queda na atividade econômica do país que levou à redução da venda de veículos e da demanda por parte das montadoras.

Prova disso é o anúncio de mais uma "parada técnica" feito na sexta-feira pela Fiat. A montadora vai para paralisar todas as linhas de produção por mais três dias úteis. Entre 1º e 6 de abril, nenhum veículo será fabricado na planta de Betim (RMBH). Porém, entre os dias 3 e 5 de abril não haverá expediente em função do feriado da Semana Santa. Os trabalhos serão normalizados na terça-feira, dia 7.

Transferência - Com o fim das atividades da Delphi em Itabirito, parte da produção local - destinada às plantas da Fiat, em Betim, e da Renault do Brasil, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba - será transferida para outras unidades da empresa no Estado.

No entanto, segundo informou o sindicato que representa a categoria, menos de 40 trabalhadores teriam sido realocados para a planta de Paraisópolis, no Sul de Minas. Além dessa fábrica, a empresa ainda possui outras duas no Estado, uma em Conceição dos Ouros e outra em Jacutinga, também no Sul de Minas.

Em nota, a Delphi confirmou o fechamento da unidade de Itabirito. "Após ter estudado a continuidade sustentável de seu negócio de chicotes elétricos na região da América do Sul, a Delphi anunciou a decisão de consolidar (*sic*) a operação da fábrica em Itabirito, em Minas Gerais, com o objetivo de manter a competitividade do negócio e poder melhor atender aos seus clientes", informou no documento.

A assessoria da multinacional também garantiu que as linhas de produção de Itabirito serão mesmo transferidas para outras plantas da empresa, mas não divulgou o número de funcionários realocados.

Aportes - O fechamento da Delphi em Itabirito ocorre menos de quatro anos após a empresa ter realizado um grande investimento no município. Entre 2010 e 2011, foram gastos R\$ 5 milhões na expansão da planta local.

As obras faziam parte do plano de investimentos da multinacional em Minas que, na época, estavam orçados em R\$ 61 milhões. Além disso, para que a fábrica fosse erguida no município, a prefeitura cedeu um terreno de 23 mil metros quadrados à empresa.

Até o ano passado, a Delphi possuía 270 unidades em 30 países, além de 24 centros de tecnologia e mais de 100 mil funcionários. Na América do Sul, a empresa contava com dez fábricas, sendo cinco em Minas Gerais (incluindo a planta de Itabirito). A fabricante de autopeças também mantém um Centro de Tecnologia (Paraisópolis) e um Centro de Aplicações em Contagem (RMBH).

Custo médio da energia para indústria nacional sobe 48% desde o início deste ano

30/03/2015 - Fonte: Agência Brasil



O custo médio da energia para a indústria nacional subiu 48% desde o início deste ano, alcançando R\$ 534,28 por megawatt-hora (MWh), segundo atualização feita pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Com este valor, o Brasil ocupa a primeira posição no *ranking* internacional dos 28 países mais caros no custo da energia para a indústria, superando a Índia e a Itália, que ocupavam as primeiras posições.

“O custo [no Brasil] é muito mais alto do que o dos nossos principais concorrentes. Isso se traduz, na prática, em produtos mais caros, empregos que deixam de ser gerados, investimentos que deixam de ser feitos, porque esse insumo está em toda a indústria”, disse o gerente de Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema Firjan, Cristiano Prado.

Para ele, o produto nacional, com o preço no atual nível, perde competitividade para concorrer tanto no mercado interno quanto no externo.

No entanto, o custo internacional de energia para a indústria caiu 6% em comparação ao do ano passado. Entre os estados brasileiros, o Rio de Janeiro ocupa o primeiro lugar, com custo médio de R\$ 664,05 por MWh, seguido de Mato Grosso (R\$ 640,87 por MWh).

O custo médio do gás natural para a indústria brasileira subiu 21% nos últimos quatro anos. As empresas pagam R\$ 1,29 por metro cúbico do produto. Com isso, o Brasil ocupa a oitava classificação no *ranking* dos 16 países de gás mais caro para a indústria.

Prado ressaltou que o custo médio do gás natural no Brasil é o dobro do registrado no México e mais de três vezes, ou 261% acima do custo dos Estados Unidos. "Isso faz com que as empresas que dependem de gás, como a petroquímica, que está na base de praticamente tudo que a gente consome, estejam seriamente afetadas."

O resultado é que os investimentos são feitos em outros países, quando poderiam estar sendo feitos no Brasil, concluiu Prado. Segundo ele, essa situação tem de ser enfrentada sem demora.

No caso da energia elétrica, a Firjan aponta, entre as possíveis soluções, a retomada da discussão sobre hidrelétricas com grandes reservatórios e a ampliação da utilização da eficiência energética por parte da indústria.

Na questão do gás, Prado salientou a necessidade de maior participação do setor privado em todas as etapas do segmento, que envolvem exploração, geração, distribuição e transporte. "Teríamos mais concorrência e o preço do gás poderia dar, pelo menos, uma sinalização de conversão para patamares compatíveis internacionalmente."

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse que hoje será anunciado o novo custo marginal de operação, que, segundo ele, demonstra "declínio", em função da melhora que está ocorrendo nos reservatórios.

Braga destacou que a energia mais cara do mundo é aquela que não tem energia. "O Brasil tem vencido um desafio hídrico, tendo tido o pior janeiro da sua série histórica dos últimos 82 anos. Entramos com a reservação muito baixa no ano de 2015, Mesmo assim, estamos vencendo o desafio, estamos entregando energia."

Braga reconheceu, entretanto, a necessidade de o país ter energia de custo mais baixo. Segundo ele, o ministério trabalha com agregação de tecnologia, mais linhas de transmissão com diversificação de fontes de energia, com ênfase para a energia solar captada em geradores montados nos reservatórios de usinas hidrelétricas.

"Estamos nos preparando fortemente para vencer os desafios de 2015 e poder entregar um modelo de um sistema elétrico, a partir de 2016, que seja mais barato, mais seguro e que tenha mais inovação tecnológica."

Braga destacou também que, no início do ano, foi feita a reestruturação econômica do setor. "Agora, estamos com realismo tarifário trazendo um novo cenário".

Ele admitiu que isso tem um preço a ser mitigado pela sociedade e pela economia, mas ressaltou que mostra que o setor elétrico é capaz de fazer investimentos.

Mercado prevê Selic a 13,25% e queda de 1% do PIB

30/03/2015 - Fonte: Agência Brasil

Analistas do mercado financeiro aumentaram a previsão de encerramento da Selic, a taxa básica de juros da economia, para este ano.

Da projeção de 13% que vinha se sustentando há semanas, a estimativa passou para 13,25% ao ano no fim de 2015. Está prevista ainda retração da atividade econômica mais forte do que antes. Investidores reduziram a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos em um país), de queda de 0,78% para recuo de 1%.

As previsões estão no boletim *Focus*, pesquisa em instituições financeiras divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC). A mudança na expectativa para a Selic significa que o mercado espera que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC suba a taxa em mais 0,5 ponto percentual este ano. Em 2015, o Copom já aumentou a Selic em 1 ponto percentual, com duas elevações de 0,5 ponto percentual, nas reuniões de janeiro e março. O comitê se reúne mais uma vez nos dias 28 e 29 de abril.

O boletim manteve estável a projeção para a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De 8,12%, a previsão passou a alta de 8,13%. A expectativa de alta pelos preços administrados, regulados pelo governo ou por contrato, subiu de 12,6% para 13%. A elevação de preços administrados – como os da energia e gasolina – responde por boa parte da inflação. A estimativa para o câmbio subiu de R\$ 3,15 para R\$ 3,20.

A estimativa da dívida líquida do setor público permaneceu em 38% do PIB. A estimativa do déficit em conta-corrente, que mede a qualidade das contas externas, caiu, ficando em US\$ 77,1 bilhões, menor que os US\$ 79,8 bilhões anteriores. O saldo projetado para a balança comercial subiu de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 4 bilhões. Os investimentos estrangeiros estimados diminuíram de US\$ 56,5 bilhões para US\$ 56 bilhões.

Suape pretende dobrar movimentação até 2020

30/03/2015 - Fonte: Conexão Marítima

Manter o elevado nível de investimentos em melhoria de infraestrutura, diante da crescente demanda e frente a um cenário macroeconômico incerto é o maior desafio da operação portuária de Suape, em Pernambuco, avalia Thiago Norões, secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape.

“Pretendemos dobrar a movimentação de cargas de Suape até 2020 e, para tanto, precisamos investir no desenvolvimento de novos terminais, na ampliação da infraestrutura aquaviária, com dragagens e novos berços de atracação”, comenta. “Além disso, buscamos integrar as operações do porto com o complexo industrial, proporcionando melhorias nas rodovias, como a requalificação e a duplicação de vias.”

Segundo Norões, cerca de R\$ 500 milhões serão investidos nos próximos três anos. Os recursos estão voltados para a implantação dos novos terminais — o Terminal de Contêineres II (Tecon II) e o Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia.

“Para isso, prevemos a dragagem dos novos cais 6 e 7, a construção do cais de minérios e a dragagem de aprofundamento e acesso viário à Ilha de Cocaia”, conta. São obras incluídas no Plano Nacional de Dragagem II e nos PAC 2 e PAC 3. A licitação desses terminais depende da Secretaria de Portos da Presidência da República.

Economia brasileira cresce 0,1% em 2014, diz IBGE

30/03/2015 - Fonte: Conexão Marítima

A economia brasileira cresceu 0,1% em 2014, segundo informou nesta sexta-feira (27) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em valores correntes (em reais), a soma das riquezas produzidas no ano passado chegou a R\$ 5,52 trilhões e o PIB per capita (por pessoa), a R\$ 27.229.

Esse é o pior resultado desde 2009, ano da crise internacional, quando a economia recuou 0,2%.

Em 2013, de acordo com dados revisados, a economia havia crescido 2,7%. Em relação ao terceiro trimestre, o PIB do quarto trimestre de 2014 avançou 0,3%. A chamada "estabilidade" da economia no ano passado teve influência da agropecuária, que cresceu 0,4% e do setor de serviços, que expandiu 0,7%.

O resultado não foi maior porque também teve reflexos do desempenho da indústria, que recuou 1,2%. Os investimentos, indicados pela formação bruta de capital fixo, recuaram 4,4% e a despesa de consumo das famílias cresceu 0,9%.

Em relação ao terceiro trimestre, o resultado foi puxado pela agropecuária, que cresceu 1,8% e pelo setor de serviços, que teve expansão de 0,3%. Por outro lado, a indústria mostrou leve queda de 0,1%.

Empresas brasileiras exportam US\$ 3,677 bilhões em março

30/03/2015 - Fonte: Conexão Marítima

As empresas brasileiras exportaram US\$ 3,677 bilhões na terceira semana de março com desempenho médio diário dos embarques brasileiros de US\$ 735,4 milhões, valor 2,6% menor que o registrado no acumulado até a segunda semana do mês.

Nessa comparação, foi observada diminuição das exportações de semimanufaturados (-5,7%) e manufaturados (-4,6%). Já as exportações de produtos básicos cresceram 2,1%, puxadas por soja em grão, farelo de soja, carne de frango e suína, e algodão em bruto.

As importações brasileiras na terceira semana de março somaram US\$ 3,876 bilhões, com média diária de US\$ 775,2 milhões. Na mesma comparação feita com as exportações, foi registrado crescimento de 1,6% das importações, principalmente, pelo aumento nos gastos com combustíveis e lubrificantes, aparelhos eletroeletrônicos e veículos automóveis e partes.

O saldo comercial na terceira semana de março ficou negativo em US\$ 199 milhões. No ano, as exportações totalizam US\$ 37,027 bilhões e as importações, US\$ 43,315 bilhões, com saldo negativo de US\$ 6,288 bilhões.

Alcoa suspende produção de alumínio primário no Brasil

30/03/2015 - Fonte: Reuters

A Alcoa anunciou nesta segunda-feira a suspensão das atividades de sua usina de alumínio em São Luís, com corte de 74 mil toneladas de capacidade da Alumar, em uma decisão que a empresa afirmou estar alinhada com o plano de avaliar cortes na produção para otimizar seu portfólio.

A companhia disse que espera que a parada na produção de alumínio primário na Alumar seja concluída até 15 de abril. Com a decisão, a empresa deixa de produzir alumínio primário no Brasil, uma atividade eletrointensiva que vem sofrendo com a forte elevação nos custos da energia no país.

A suspensão das 74 mil toneladas remanescentes se soma às 85 mil toneladas métricas de capacidade paralisadas na unidade em maio de 2014 e as 12 mil toneladas que já tinham sido cortadas em outubro do ano passado.

"Continuamos a tomar medidas decisivas para criar um negócio competitivo em nível global baseados em uma revisão da nossa capacidade nos negócios de produtos

primários", disse em comunicado à imprensa Bob Wilt, presidente global do grupo de produtos primários da Alcoa.

Segundo a companhia, a Alumar era um dos maiores complexos do mundo para produção de alumínio primário e alumina, tendo sido inaugurado em julho de 1984, em parceria com as multinacionais Rio Tinto Alcan e BHP Billiton.

A produção de alumínio primário no Brasil somou 962 mil toneladas em 2014, uma queda de 26 por cento sobre 2013. O alumínio primário é a forma bruta não laminada do metal usada pela indústria para obtenção de outros produtos.

No primeiro bimestre, a produção nacional do insumo somou 134,4 mil toneladas ante 197,4 mil toneladas no mesmo período de 2014, segundo dados da Associação Brasileira de Alumínio (Abal).

Com a decisão da Alcoa, os produtores de alumínio primário no Brasil se reduzem a Votorantim Metais e Albras Alumínio Brasileiro, controlada pela europeia Norsk Hydro, informou a entidade.

A Alcoa disse que "as condições desafiadoras do mercado global e os elevados custos operacionais tornaram a produção de metal inviável", mas não informou quantos funcionários a Alumar emprega na atividade e qual será o destino deles.

Segundo a companhia norte-americana, a unidade de produção de alumina da Alumar não será afetada e "continuará operando normalmente".

Com o ajuste na linha de produção de São Luís, a Alcoa deixará de produzir aproximadamente 740 mil toneladas métricas anuais, o equivalente a 21 por cento de sua capacidade de produção de metal.

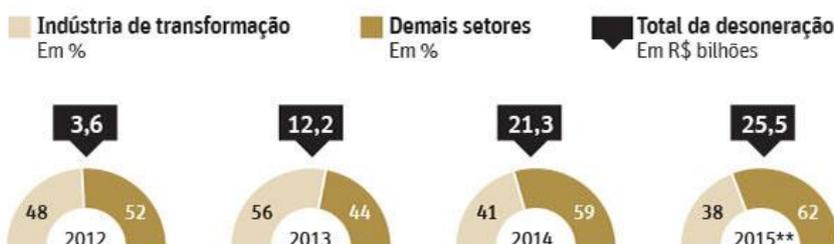
Indústria já estuda repassar para preço fim da desoneração da folha

30/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Quatro em cada dez produtos fabricados pela indústria de transformação estão no programa de desoneração da folha de pagamentos e devem sofrer o impacto do aumento da alíquota de contribuição previdenciária previsto no projeto de lei encaminhado pelo governo.

A proposta de elevar a alíquota de 1% para 2,5%, que deve ser avaliada ainda no Congresso, atinge 40 segmentos da indústria e parte deles já estuda fazer o repasse do aumento do custo para o preço dos produtos.

COMO FOI A RENÚNCIA FISCAL COM A DESONERAÇÃO



*Se as atuais alíquotas de 1% e 2% forem mantidas. Fonte: Fiesp

Esse conjunto de produtos representou faturamento de R\$ 880 bilhões (36% do total faturado pela indústria em 2014) e 4,4 milhões de empregos (ou 54% do total de empregos), além de 48% do total de salários pagos no setor.

Indústrias têxteis, de vestuário, calçados, plásticos, alimentos e móveis estimam que o impacto desse repasse pode variar de 2% até 10% no preço final do produto, considerando o reajuste da indústria para o varejo e do comércio para o consumidor.

Na média dos produtos desonerados (44% do total da indústria), a alta da alíquota pode elevar os preços em até 1,1%, segundo estimativa do departamento de competitividade da Fiesp, federação paulista das indústrias.

"Ou a empresa aumenta o preço, o que afeta diretamente a inflação, em um momento em que o consumo já está fraco; ou absorve mais esse custo, o que prejudica ainda mais sua margem e tem efeito direto no corte de investimentos, que já são baixos", diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor do departamento e representante da associação que reúne as indústrias de plástico.

NOS PLANOS

Fabricantes têxteis e confecções, os primeiros a entrar no programa de desoneração da folha em 2011, preveem dificuldades para fazer o repasse.

"A desoneração representa 10% do preço final do nosso produto. Com aumento de energia, de juros, de combustível, do dólar que encarece a matéria-prima importada, como fios sintéticos, será muito difícil absorver mais esses custos", diz Ronald Masihah, presidente do Sindivestuário.

Entre as empresas de pequeno a grande porte, a avaliação é a mesma. Antonio Trombeta, dono da confecção Silvaco, em São Bernardo, com 70 empregados, diz que, com a concorrência dos importados, a desoneração da folha foi importante para baixar os preços entre 3% e 4%.

"As vendas estão até 20% menores em março, e o repasse terá de ser acima de 5%. O país está em outra conjuntura agora."

No grupo Marisol, de Santa Catarina, a decisão de repasse ainda não foi tomada. "A pressão tende a ser grande. Mas não é uma decisão simples, porque o mercado é muito competitivo e o preço é essencial", diz Giuliano Donini, presidente do grupo, com 2.772 empregados.

"O consumidor ficou acostumado com a estabilidade de preços, para se habituar a um novo patamar será um choque."

Para Flavio Rocha, presidente da Riachuelo, não é o momento de aumentar imposto. "Se o Brasil não for reinserido no jogo competitivo, todas as conquistas, da estabilidade da moeda à inserção de milhões de consumidores, ficam ameaçadas."

No grupo Guararapes (dono da Riachuelo e outras empresas), o impacto da mudança na alíquota é de R\$ 60 milhões por ano.

"O impacto é direto no lucro, em cerca de 15%", diz o executivo. "O aumento tem efeito cascata sobre fiação, tecelagem, confecção, logística e varejo. Isso ocorre justamente com os setores que são fortemente empregadores. Sem falar do efeito no aumento da informalidade", afirma Rocha.

PESO

No setor de calçados, a elevação da alíquota tem efeitos diversos sobre as empresas, diz Heitor Klein, presidente da Abicalçados, entidade que reúne cerca de 2.000 empresas de médio e grande portes no país.

"Mesmo com o dólar mais valorizado sobre o real, a indústria não tem conseguido manter os empregos devido ao aumento nos custos de produção, especialmente de energia. Mais esse aumento seria devastador para a indústria", afirma Klein.

No ano passado, o setor de calçados fechou 19 mil postos de trabalho, tendência que deve continuar em 2015.

"Não tem como aumentar a alíquota em 150% e não repassar. Mesmo cortando custos ou optando em retornar pelo sistema antigo [contribuição de 20% sobre a folha de pagamento], o preço para o varejo deve aumentar até 2% maior na média do setor", calcula Daniel Lutz, que preside a Abimóvel (reúne as empresas de móveis do país).

Para o consumidor, a elevação de preço deve chegar a 4% a 5%, estima Lutz.

NA PAUTA DO SETOR

Em recente reunião de sua diretoria, a Fiesp decidiu não apresentar emendas ao projeto de lei que prevê a alta das alíquotas e pedir para que seja retirado.

A entidade defende que a alíquota permaneça em 1% para o setor industrial, sem a possibilidade de voltar ao sistema antigo de contribuição (20% sobre a folha).

"Defendemos que seja compulsório o recolhimento de 1% sobre o faturamento, porque se for opcional aos setores pode haver impacto nas contas públicas", diz Roriz Coelho. Na Abit, associação das indústrias do setor têxtil, também é de manter a alíquota em percentual menor.

"O governo estendeu o benefício a muitos setores sem considerar os que realmente sofrem a concorrência dos importados e são intensivos em mão de obra, que devem permanecer com a redução [com 1% de recolhimento sobre o faturamento]", diz Fernando Pimentel, da Abit.

Com 56 setores incluídos no programa de desoneração, a renúncia fiscal prevista para 2015 é de R\$ 25,2 bilhões.

Desse total, 38% correspondem ao setor da indústria de transformação (R\$ 9,6 bilhões) e 62% (ou R\$ 15,6 bilhões), a setores como construção civil, call centers, tecnologia de informação, transportes e outros.

Estudo da Fiesp mostra que, com a desoneração, houve redução de encargos trabalhistas de 32,8% para 27,3% dos gastos com pessoal.

"Mas mesmo com essa redução, estamos acima da média mundial que é 21,1%, considerando estudo com 34 países do departamento do trabalho dos EUA", cita o diretor da federação das indústrias.

Dólar abre semana operando em alta, cotado a R\$ 3,25

30/03/2015 - Fonte: Correio Braziliense

Em meio às previsões nada animadoras de economistas do mercado financeiro sobre a economia brasileira em 2015, o dólar abriu os negócios nesta segunda-feira (30/3) em alta de mais de 1% ante o real. Às 10h30, a moeda norte-americana avançava 0,47%, a R\$ 3,25 para venda.

A divisa fechou em alta frente ao real na sexta-feira (27/3), após dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrarem que a economia brasileira cresceu 0,1% em 2014. A moeda subiu 1,55%, cotada a R\$ 3,2405 na venda.

Na semana, houve alta de 0,32%. No mês e no ano, há valorização acumulada de 13,46% e 21,88%, respectivamente.

Nesta manhã, o Banco Central (BC) dará continuidade às intervenções diárias, ofertando até 2 mil swaps cambiais, que equivalem à venda futura de dólar, com vencimentos em 1º de dezembro de 2015 e 1º de março de 2016.

Alta

O dólar valorizado pressiona os preços no mercado interno, aumentando a inflação, e é ruim para quem vai viajar. Mas, em um ano em que é prevista retração do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), o fortalecimento da moeda norte-americana pode dar algum fôlego às exportações e, por tabela, à própria atividade econômica.

O dólar tem fechado acima dos R\$ 3. A previsão de investidores ouvidos pela pesquisa Focus, do Banco Central (BC), é que ele encerrará o ano em R\$ 3,15.